d+i desenvolvendo ideias
LLORENTE & CUENCA

JOVENS LÍDERES EM PORTUGAL, ESPANHA E AMÉRICA LATINA

O OLHAR SOBRE A LIDERANÇA DO FUTURO

Madrid, junho 2018

Índice

Introdução	3
Retrato robô do líder do futuro	4
Argentina	5
Brasil	9
Chile	13
Colômbia	17
Equador	21
Espanha	26
México	30
Panamá	34
Perú	37
Portugal	40
República Dominicana	43
Equipa de especialistas	47

Introdução

O tempo histórico é agora mais acelerado. As necessidades e as exigências políticas variam no conteúdo e na intensidade, e uma nova geração de líderes prepara-se para lhe fazer frente. As equipas de profissionais em Assuntos Públicos da LLORENTE & CUENCA a nível global mobilizaram-se para identificar as personalidades que reúnem o potencial para ganhar terreno aos atuais dirigentes de Espanha, Portugal e da América Latina. Essas figuras que, partindo da terceira linha, vão avançando, e conquistando posições de liderança.

Os países analisados neste documento são a Argentina, Brasil, Equador, Espanha, Colômbia, Chile, México, Panamá, Perú, Portugal e República Dominicana. Deve ser ressalvado que este estudo não aspira incluir cada um dos potenciais protagonistas políticos dos próximos anos. São, em vez disso, todos os que estão mas não estão todos os que são. No estudo foram selecionadas diferentes figuras de cada país que, pelas suas características e projeção política, reúnem condições para liderar e influenciar a configuração do panorama político num futuro mais próximo que longínquo. Numa segunda fase, cada um dos perfis selecionados respondeu a um breve questionário, cuja análise nos permite oferecer uma visão privilegiada daquelas pessoas que se encontram hoje em posição de influenciar as futuras decisões, que marcarão o rumo dos seus respetivos países.

"Todos os futuros líderes partilham uma ideia geral sobre democracia e liberdades políticas, independentemente da família política a que pertencem"

Como é lógico, os perfis dos futuros líderes que aqui apresentamos, diferem em determinados aspectos, mas **todos partilham uma ideia geral sobre democracia e liberdades políticas**, independentemente da família política a que pertencem. Que não se questione o fator comum, nem sempre foi algo habitual. Assim, encontramos no geral, homens e mulheres que defendem a necessidade de incentivar o investimento e o crescimento económico, mas que insistem ao mesmo tempo em que este deverá servir para **reduzir as desigualdades socioeconómicas, e deverá ser sustentável**. Não é válido o crescimento a qualquer preço, algo que nem sempre foi uma prática habitual na América Latina.

Outro aspecto importante é o **equilíbrio crescente entre o número de homens e mulheres** que acedem aos principais postos de responsabilidade. Historicamente, a política tem sido uma área reservada aos homens, com notáveis exceções, mas **encontramos agora, nos líderes emergentes, uma crescente participação das mulheres, algo que veio proporcionar uma maior sensibilidade social, pragmatismo e horizontalidade à maneira de exercer a atividade política na região**. Além disso, a crescente presença das mulheres nos postos de responsabilidade coincidiu com uma maior atenção aos coletivos historicamente excluídos, especialmente no caso dos jovens e das mulheres de origens mais humildes, e das minorias indígenas em países como a Bolívia, ou o Equador.

Resumindo, poderíamos afirmar que a América Latina, Espanha e Portugal mudam de rumo, no sentido de uma política mais sustentável a nível meio ambiental, socialmente mais sensível e mais igualitária entre homens e mulheres, reafirmando o compromisso com a economia de mercado e com a democracia liberal. O conjunto de políticos que aqui lhes apresentamos é, na sua diversidade ideológica, e nos diferentes contextos locais, uma boa amostra de um progresso inegável.

Retrato robô do líder do futuro

O político do futuro varia em função do seu género, idade ou posição ideológica, e estas variam também em função do contexto onde ocorrem. Mas este político reúne igualmente algumas características conjuntas que vão além das realidades de cada país e das particularidades dos seus sistemas políticos. Desta forma, é possível estabelecer um retrato robô tendo em conta esta base inalterada mas acrescentando algumas das variáveis mais inovadoras de uma história pautada pela desigualdade entre géneros e pela escassa presença das mulheres nos principais cargos políticos.

Argentina

Sebastián García de Luca
Secretário do Interior da Nação Argentina

Natural da cidade de Chivilcoy, na província de Buenos Aires, Sebastián García de Luca (1980) partilha alguns traços políticos e a sua experiência com outros funcionários públicos de destaque. Forma parte da equipa do presidente Mauricio Macri, e foi durante a sua gestão à frente do governo da cidade de Buenos Aires que se destacou como Diretor-Geral das Relações com as Províncias e Municípios.

A sua passagem pela Capital Federal, durante os mandatos de Macri foi uma das experiências a que recorreu a Casa Rosada para formar as equipas do governo nacional. No final de 2015, com a chegada do novo presidente, Luca assumiu o cargo de Secretário do Interior da Nação.

García de Luca é licenciado em Economia pela Universidade Nacional de Córdoba, é pai de dois filhos, e, ao contrário da maioria dos seus companheiros de partido e de coligação, reclama-se herdeiro do peronismo, e tem na figura de Juan Domingo Perón o seu maior referente político.

Exerceu o cargo de secretário privado de Felipe Solá, ex-governador peronista da província de Buenos Aires e foi ainda chefe de gabinete do também peronista e ex-ministro da Economia, Martín Lousteau. Não o impede no entanto de ser um fervoroso defensor do liberal Macri e um dos seus principais apoios na província com maior número de habitantes do país. E é, precisamente, este perfil transversal que faz de García de Luca um ativo político de destaque, num país que tem tendência para uma polarização excessiva. De Luca tem dedicado uma boa parte do seu interesse político e profissional às regiões, o que também contribui para dar maior destaque ao seu perfil, num país habituado a ver com alguma desconfiança as elites da capital.

De 2000 a 2015, presidiu a consultora Economía & Regiones, especializada em assessoria económica e financeira e em gestão pública. Além disso, criou a Fundação de Estudos para o Desenvolvimento Económico e Regional da Argentina (FEDERAR), e durante a sua carreira coordenou vários projetos do programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, em diferentes províncias do país.

Como bom herdeiro do peronismo, reclama uma visão menos individualista da sociedade argentina, que considera estar ainda dominada por uma certa inércia cultural e uma visão a curto prazo. A sua experiência, e as suas origens peronistas, fazem de García de Luca um político mais capaz de gerar uma certa proximidade, e de se fazer compreender melhor pelos setores mais afastados da corrente política do governo. Por este motivo, não é de estranhar que a equipa eleitoral de Macri o nomeasse como responsável pela campanha no norte do país, para as eleições de 2015.

Victoria Donda

Deputada Nacional pelo Libres del Sur

O local de nascimento desta deputada nacional pela província de Buenos Aires é significativo: a sua mãe deu à luz na Escuela Mecánica de la Armada (ESMA), em 1977, quando esta era um centro de detenção e de tortura da ditadura militar argentina. Victoria Donda teve que esperar até 2003 para recuperar a sua identidade, depois de contactar com as associações H.I.J.O.S. e das Abuelas de Plaza de Mayo. O denominado Processo de Reorganização Nacional da ditadura, e a sua memória, são uma das bandeiras políticas da esquerda argentina, em que Donda se situa, por direito próprio, embora tendo uma abordagem partidária algo peculiar.

Embora tenha formado parte da kirchnerista Frente para la Victoria, através da aliança do seu Movimiento Libres del Sur, não se encontra associada a nenhum dos partidos clássicos argentinos, como o Partido Justicialista ou o Partido Radical. Militante de Libres del Sur, o seu ativismo está mais vinculado às causas associadas a questões de direitos humanos, meios ambientais ou sociais concretos, o que a levou, em 2011 a afastar-se do "kirchnerismo" depois de discordâncias de fundo com algumas das leis aprovadas pelo governo de Cristina Kirchner, como a lei sobre o Branqueamento de Capitais ou o veto à Lei sobre os Glaciares. Em 2007 foi eleita deputada pela frente kirchnerista, revalidando posteriormente o seu mandato, integrada nas listas de centro-esquerda das formações Frente Amplio Progressista, do socialista Hermes Binner (2011) e Progressistas (2015).

A sua trajetória política está mais centrada na política interna, onde se destacou como ativista pelos direitos humanos, para o que contribuiu a sua própria experiência pessoal. Licenciada em Direito pela Universidade de Buenos Aires, utiliza em equipa as principais redes sociais, que considera ferramentas importantes para manter uma relação de proximidade com os cidadãos, mais do que como um meio de promoção pessoal. Apesar do seu perfil político estar mais orientado para as questões argentinas, e de não possuir experiência formativa fora do país, Victoria Donda revela um grande interesse pela política regional. A sua referência política é o líder e fundador do seu partido, Humberto Tumini, embora também valorize especialmente a figura de estadista de Fidel Castro, algo muito habitual nos setores da esquerda latino-americana. Mas isso não implica que renuncie à democracia ou aos procedimentos parlamentares, com os quais está plenamente implicada, desde posições críticas com os grandes processos da globalização ou da mudança climática.

Carolina Stanley

Ministra do Desenvolvimento Social da Nação Argentina

A chegada, em 2007, do presidente Mauricio Macri à liderança de governo da Capital Federal, trouxe consigo a incorporação de uma nova geração de políticos liberais e democrata-cristãos. Muitos destes políticos, bem preparados pela sua experiência numa administração difícil, que convivia com um governo "kirchnerista" ao qual oferecia oposição, passaram para a primeira fila na capital, ou formam parte da equipa do presidente Macri. É o caso de Carolina Stanley, Ministra para o Desenvolvimento Social desde que Macri nomeou o seu executivo nacional, um cargo que já tinha ocupado no governo da capital a partir de 2011.

Nascida em Buenos Aires, em 1975, e licenciada em Direito pela universidade desta cidade, vinculou-se ao PRO, de tendência macrista, em 2003. Dirigiu o Grupo Sophia, um think tank próximo do partido, criado por Horacio Rodríguez Larreta, atual chefe do governo da capital. Entre 2004 e 2007 centrou os seus esforços na captação de estudantes de diferentes setores, e com uma sensibilidade liberal e democrata-cristã, com o propósito de preparar uma equipa solvente que pudesse vir a incorporar-se ao governo da nação, o que veio a acontecer. Em 2009 foi eleita pelo PRO como legisladora da capital, cargo que desempenhou até 2011, momento em que se incorpora ao executivo da cidade, com a pasta de Desenvolvimento Social. Com uma carreira vinculada às políticas sociais, possui conhecimentos de inglês e de francês, e completou a sua formação em Espanha e nos EUA.

Filha de um importante gestor financeiro da década de 1990, que foi presidente do Citibank, a sua vocação política despertou durante a sua passagem pela universidade, e cedo começou a assumir responsabilidades políticas. Em 1998, durante o segundo mandato de Carlos Menem, trabalhou como consultora na Direção da América do Norte e Assuntos Hemisféricos do Ministério de Exteriores, Comércio Internacional e Culto. Entre 2000 e 2003 foi assessora política da deputada Laura Leguizamón. A sua formação católica reflete-se na sua admiração pelo Papa Francisco, a seu principal referência na política internacional e manifesta-se no seu interesse e na sua insistência em assuntos relacionados com a assistência aos menos favorecidos. Em matéria de política argentina, confessa-se admiradora do presidente Macri, de quem destaca o seu empenho e determinação, qualidades tão necessárias numa democracia, que Stanley considera que precisa de se reformar, depois de 12 anos de governo kirchnerista.

Nicolás Massot

Deputado Nacional e Líder da bancada PRO na Câmara dos Deputados

A carreira do deputado nacional e líder da bancada oficial no Congresso Nacional transitou de um início mais técnico para uma segunda etapa, muito mais marcada pela política. Sobrinho dos antigos proprietários do jornal diário La Nueva, de Bahía Blanca, cidade da província de Buenos Aires onde nasceu, em 1984, é licenciado em Economia pela Universidade Torcuato Di Tella. Como tantos outros jovens políticos que agora ocupam postos de responsabilidade no governo ou no Congresso da nação, Massot iniciou a sua carreira política durante a Administração de Mauricio Macri na Capital Federal, em 2007.

Destacou-se pela sua gestão à frente da Direção Geral de Reforma Política e Institucional do Ministério de Governação da cidade, onde conseguiu implementar o sistema de Boleta Única Eletrónica (sistema de voto eletrónico, ou BUE), que se utilizou pela primeira vez nas eleições da cidade de Buenos Aires, em 2015. Dois anos antes, em 2013, assumiu a chefia da Direção-Geral de Casas da Cidade de Buenos Aires, cargo que deixou em 2014 para se instalar na cidade de Córdoba e organizar a campanha eleitoral presidencial do PRO na mesma província. Foi esta campanha que o conduziu ao Congresso da Nação em 2015, onde exerce atualmente as funções de presidente do bloco do PRO, que apoia o governo de Maurício Macri.

Visto como a mão-direita de Emilio Monzó, atual presidente da Câmara de Deputados da Nação, é bastante crítico com os anteriores governos kirchneristas. Entre outras posições, é conhecido pela sua marcada oposição ao antigo governo, e pelo seu empenho legislativo para que a Câmara dos Deputados possa autorizar a renúncia aos mandados de detenção dos deputados kirchneristas com causas penais abertas, como é o caso do ex-ministro e congressista Julio de Vido. O seu papel na política interna é intenso, sendo um dos homens fortes do desenho e controlo da estratégia política, num parlamento sem maiorias absolutas e com um aceso debate social.

Desafios políticos do futuro na Argentina

A Argentina nunca se caracterizou pela sua estabilidade, embora as expetativas criadas com o governo de Mauricio Macri, eleito no final de 2015, apontassem para um período de tranquilidade política e económica depois dos 12 últimos anos de governação encabeçados por Néstor e Cristina Kirchner.

No entanto, a inflação manteve-se acima dos 20% e a subida das taxas de câmbio do dólar provocou uma desvalorização insustentável da moeda nacional, o peso. Em meados de 2018, o Presidente argentino solicitou ao Fundo Monetário Internacional (FMI) um empréstimo condicionado no valor de 50 mil milhões de dólares de forma a conseguir sustentar a economia do país.

"O futuro imediato apresenta-se difícil, com um aumento de protestos devido às tarifas elevadas, à redução dos subsídios e à inflação, o que aumentará as reivindicações de sindicatos cada vez mais beligerantes"

O regresso ao país do FMI, uma das "bestas negras" dos argentinos, que ainda se lembram bem do corralito dos primeiros anos do século XXI, trouxe a recordação dos velhos fantasmas económicos, e deu asas a uma oposição que, até então, permanecia muito dividida. O ministro das Finanças, Nicolás Dujovne, admitiu que haverá mais inflação, e que a recuperação económica tardará mais em chegar. Pelo seu lado, Macri comprometeu-se com o FMI a adiantar para 2020 os objetivos de equilíbrio fiscal. Num país que ainda não conseguiu sair do choque da recessão global, esta medida antecipa cortes na despesa e um aumento do mau estar e da contestação nas ruas, originando um contexto onde o peronismo e o sindicalismo encontrarão as condições para a sua união como oposição a Macri. Já não é claro que o presidente consiga ser reeleito em 2019, algo que quase todos os analistas davam como certo apenas alguns meses atrás.

O panorama do futuro imediato apresenta-se, assim, convulso, com um aumento dos protestos provocado pela subida das tarifas, a redução dos subsídios e a inflação, resultando também num aumento das exigências de uns sindicatos cada vez mais beligerantes. Esta conjetura revela a necessidade de uma geração de dirigentes de fortes convicções mas também com uma grande capacidade pedagógica e de comunicação. Uma vez que a batalha política se apresenta dura, o carácter e a força emocional são igualmente importantes e necessários para estes dirigentes não se deixarem arrastar pelo ambiente e por uma visão a curto prazo. Uma tarefa difícil num país que adiou durante demasiados anos as reformas económicas, políticas e institucionais, mantendo-se à sombra de um debate interminável e paralisante.

Brasil

Alessandro Molon

Deputado federal do Rio de Janeiro, pelo Partido Socialista do Brasil

A trajetória política do atual deputado federal Alessandro Molón é ilustrativa da profunda transformação que o Brasil tem experimentado na sua composição política durante os últimos anos. Nascido em Belo Horizonte, em 1971, este professor e locutor de rádio foi deputado estatal do Rio de Janeiro entre 2003 e 2011, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), onde militou até 2015. Um ano antes tinha sido reeleito deputado federal, e, em época de plena convulsão social e política, provocada pela crise económica e política, e que acabaria em 2016 por conduzir à destituição da presidente Dilma Rousseff, Molon anunciou a sua adesão a Rede Sustentabilidade (REDE), o partido ecologista de Marina Silva, ex-ministra do Meio Ambiente no governo de Lula. Em 2016 votou contra a abertura do julgamento político contra a presidente Dilma Rousseff.

O seu percurso político está associado ao estado de Rio de Janeiro, a cuja prefeitura se candidatou, e em cujo parlamento tem decorrido grande parte da sua carreira. Molon abandonou a REDE em 2018, e atualmente representa este importante estado em Brasília, como deputado federal pelo Partido Socialista do Brasil (PSB), um dos habituais sócios de esquerda do Partido dos Trabalhadores. Estas mudanças de partido não revelam uma mudança de prioridades ou dos seus princípios ideológicos. Molon destacou-se nas diferentes formações políticas em que militou pela sua defesa de programas e de leis que favorecem o acesso à justiça e a luta contra o trabalho escravo, pela regulação da internet e por uma melhor redistribuição dos lucros da indústria do petróleo.

Molon foi candidato à prefeitura do Rio de Janeiro em 2016, e agora é pré-candidato ao governo do Estado, um dos mais importantes do Brasil. Com uma formação académica em História e em Direito, prepara atualmente o seu doutoramento. Embora não possua formação no exterior, fala fluentemente inglês, francês e italiano, além do seu português nativo. É um utilizador assíduo e ativo das principais redes sociais. Representante da atribulada esquerda brasileira, confessa a sua admiração por Leandro Konder, um filósofo marxista brasileiro, falecido em 2014, e um referente para a esquerda do país. No âmbito da política internacional, cita Nelson Mandela como um dos líderes cujo exemplo mais admira, pela sua luta contra as desigualdades.

Manuela D'Avila

Deputada estatal do Rio Grande do Sul, pelo Partido Comunista do Brasil

Apesar da sua juventude, a atual deputada do estado pelo Rio Grande do Sul é uma das líderes destacadas do Partido Comunista do Brasil. Nascida em Porto Alegre em 1981, a sua trajetória política esteve sempre marcada pelo combate à desigualdade social e entre homens e mulheres. Antes de ser eleita deputada no parlamento estatal, D'Avila foi eleita regedora de Porto Alegre em 2005, a mais jovem da história da cidade, referente do movimento global a nível mundial. Foi eleita deputada federal entre 2007 e 2015, em Brasília, sempre pelo Partido Comunista.

Formada em jornalismo, a sua atividade política começa no movimento estudantil, algo habitual entre as novas gerações de políticos da esquerda brasileira. Embora nunca tenha exercido como jornalista, utiliza com agilidade as principais redes sociais, ferramentas que a converteram numa das políticas brasileiras com maior presença no ciberespaço. Por outro lado, o seu discurso é muito crítico no que diz respeito à situação fiscal destas grandes companhias da nova economia e às fugas de dados, situando-se de acordo com a atitude de desconfiança geral perante as grandes corporações, habitual na esquerda brasileira.

Em cada um dos diferentes cargos que exerceu, D'Avila sempre dedicou especial atenção aos temas relacionados com a igualdade entre homens e mulheres, a dignificação das condições de trabalho, e a melhoria dos mecanismos democráticos e de prestação de contas. Não é, por isso, estranho, que confesse a sua admiração por figuras da esquerda

brasileira que se opuseram à ditadura militar, instaurada em 1964, como Leonel Brizola. Também se reclama como herdeira de Getúlio Vargas, que cumpriu vários mandatos como presidente da nação, e que ocupa um lugar destacado no imaginário coletivo da esquerda. É dentro deste espaço político que se situa a sua candidatura à presidência do Brasil. Um espaço especialmente convulsionado, depois da queda de Rousseff, e da posse de um presidente e de um Governo cuja legitimidade não reconhece.

João Amoedo

Pré-candidato à presidência do Brasil pelo Partido Novo

Licenciado em Engenharia e Administração de Empresas pela universidade Federal do Rio de Janeiro e pela universidade Pontifícia Católica do Rio, João Amoedo nasceu em 1962, nessa mesma cidade. A sua entrada na vida política ativa tem lugar em 2011, com a criação da sua formação política, o Partido Novo, pelo qual se apresenta como pré-candidato à presidência do Brasil, com vista às eleições de finais de 2018. O seu interesse pela política nasce alguns anos antes, quando, se une a outras pessoas destacadas da empresa e da sociedade civil na denúncia do excesso de carga fiscal e de burocracia, obstáculos à produção de riqueza e à inovação, dois pilares essenciais da sua forma liberal de entender a economia e a sociedade.

O seu discurso é pouco habitual no Brasil, pois apesar de reivindicar o liberalismo económico, que também o afirma defender o atual presidente Michel Temer, Amoedo e o Partido Novo são muito críticos com os privilégios políticos derivados do aforamento, e com a escassa divisão de poderes. Talvez seja por esta razão que Amoedo confessa a sua simpatia e admiração por Margaret Thatcher como referente político, e que encarnou posições políticas que procuram menos Estado e mais Liberalização e Meritocracia, além de um escrupuloso respeito pelo estado de direito democrático, e uma crítica feroz da corrupção generalizada. O seu posicionamento é inequivocamente liberal em matéria de economia, situando-se no espectro político do centro-direita.

Num país conhecido pela história recente da sua esquerda, Amoedo representa ideais que estamos mais habituados a encontrar nas posições políticas das potências anglo-saxónicas. Cabe mencionar que o Partido Novo se orgulha pelo facto de que o seu financiamento se baseia apenas nas contribuições dos seus militantes e simpatizantes, e não em dinheiros públicos. O seu passado no setor financeiro ligado ao Citibank e à Unibanco, faz com que seja visto com algum receio por alguns setores da sociedade, num país onde a desconfiança em relação ao setor da banca está presente, mesmo com um governo como o de Michel Temer, que também o defende. Por outro lado, o seu liberalismo económico não lhe impede de manter posições conservadoras, em temas como o direito ao aborto, a possessão de armas de fogo, ou o papel do exército na segurança pública, um dos assuntos que mais sensivelmente afeta a opinião pública brasileira.

Fernando Haddad

Coordenador da candidatura presidencial pelo Partido dos Trabalhadores

De origem libanesa, este economista e doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo nasceu na mesma cidade, em 1963. Atualmente é professor de Ciência Política nessa universidade, embora a sua carreira política esteja ainda longe de esgotada. Em 2017 ocupou o cargo de prefeito de São Paulo, para o qual foi eleito em 2013 à segunda volta. Anteriormente, foi Ministro da Educação entre 2005 e 2012, nos governos de Lula da Silva e de Dilma Rouseff, a cujo Partido dos Trabalhadores pertence. O seu nome será, com todas as probabilidades, uma das apostas do seu partido para 2018, como candidato presidencial ou a um lugar no Senado ou na Câmara de Deputados.

Muito ativo nas redes sociais, é um político que desfruta de grande popularidade. Embora nos últimos quinze anos se tenha dedicado ao serviço público, a sua experiência prévia adquirida na empresa privada ilustra bem a sua transversalidade. Foi analista de investimentos para Unibanco, e das suas conquistas políticas mais destacadas está o projeto de lei que instituiu as PPP (Parcerias Público-Privadas) no Brasil, quando formava parte da equipa do Ministério do Planeamento. Reclama o seu lugar no espectro político da esquerda brasileira, sempre com o Partido dos Trabalhadores, e revela um perfil técnico que o torna especialmente sensível às políticas económicas relacionadas com o incentivo ao investimento e ao crescimento inclusivo.

Atualmente exerce as funções de coordenador da candidatura presidencial pelo PT, e está empenhado numa reforma política que ponha fim às contradições do país, e em combater os níveis de desigualdade económica e social, que Haddad considera incompatíveis com o funcionamento da democracia. É nesta dupla batalha que o político vê o futuro da esquerda brasileira, no seio da qual está destinado a assumir um papel de grande destaque.

Rodrigo Maia

Presidente da Câmara de Deputados pelo Partido Democrata

O atual presidente da Câmara de Deputados pertence ao Partido Democratas (DEM), herdeiro da Frente Liberal, formação histórica do centro-direita brasileiro, e um dos principais apoios do presidente Michel Temer. Rodrigo Maia nasceu em Santiago do Chile, em 1970, onde o seu pai, ex-prefeito do Rio de Janeiro, e deputado federal, se encontrava exilado, depois do golpe militar de 1964. Em 1973 a família regressou ao Brasil, onde Maia estudou Economia na Universidade Cândido Mendes, para depois iniciar a sua carreira profissional no setor financeiro, em entidades bancárias como o Icatu ou o BMG.

O seu salto à política dá-se pouco depois quando, com apenas 26 anos, foi nomeado Secretário do Governo da Prefeitura do Rio de Janeiro, onde promoveu a criação da Secretaria Especial do Trabalho, a regulamentação das feiras e mercados ambulantes, e criou o Projeto Cidadania, destinado a ajudar as famílias de menos recursos. Dois anos depois é eleito pela primeira vez deputado federal, cargo que revalidaria de maneira consecutiva nas quatro eleições seguintes. Em julho de 2016, com a destituição de Dilma Rousseff, acedeu ao cargo de presidente da Câmara de Deputados, convertendo-se assim na primeira figura na linha de sucessão da presidência da república.

Desde os seus anos dedicados à função pública, no município do Rio de Janeiro, a sua atividade política esteve sempre muito ligada à legislação laboral, tendo-se destacado como presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público do Congresso. O seu pai, César Maia, por quem professa uma grande admiração política, repetiria duas vezes como prefeito do Rio de Janeiro, em dois períodos posteriores, o último dos quais de 2001 a 2008, e foi também pré-candidato à presidência da República em 2006 e em 2010, pelo partido Democratas, embora tenha optado por não apresentar a sua candidatura. Rodrigo Maia forma parte de uma saga política reconhecida pelo centro-direita brasileiro, e o seu nome é apontado como possível candidato a presidente, ou a vice-presidente. O seu nome também está presente em alguns dos casos relacionados com os subornos da construtora Odebrecht, pelo que o seu futuro dependerá do rumo da investigação em curso sobre este escândalo de corrupção.

Desafios políticos do futuro no Brasil

Desde o julgamento político que resultou na destituição da presidenta Dilma Rousseff, o Brasil vive à beira do confronto civil. Uma situação agravada pela recente entrada na prisão do ex-presidente Lula da Silva, verdadeiro líder da esquerda do país. As eleições de 2018 porão um ponto final à situação de interinidade tácita em que o país se encontra, desde que Michel Temer assumiu as funções de presidente em 2016. Nestes meses, a crise política foi seguida de um aumento exponencial dos protestos sociais, provocados pelo aumento dos preços e pela insegurança. Recentemente, uma greve de camionistas, que protestavam contra a subida dos preços do combustível que estava a acabar com as margens de benefício para o setor, manteve o país paralisado durante vários dias.

"Ser transparente, não se associar a amarras políticas ou figuras questionáveis, e saber mover-se num ambiente repleto de inimigos mas mantendo o status quo que os protege"

Aqueles que, no final do ano, venham a ocupar as funções executivas e legislativas de diferentes níveis, encontrarão um país fustigado por diversas crises. No plano económico, as reformas liberais do mercado laboral e de preços na empresa estatal Petrobras incrementaram o mal-estar e o pessimismo, e o consequente número de protestos. No plano político, Lula não pode ser candidato às eleições presidenciais, ao estar condenado e preso, o que incendeia o ânimo dos seus partidários, muito numerosos em todo o país. Por outro lado, as sondagens têm vindo a acentuar o apoio crescente de que goza o populismo de traços militaristas e evangélicos do coronel Jair Bolsonaro, cujo potencial desestabilizador é grande, e que poderia terminar por se aproveitar com êxito da instabilidade do país. Institucionalmente, depois do julgamento político contra a presidenta Dilma, uma parte considerável do país não reconhece qualquer legitimidade aos atuais ocupantes dos principais cargos políticos e institucionais do país.

O nível de corrupção e a sua generalização romperam a confiança necessária entre os governantes e os governados. Casos como os da Petrobras e o da Operação Lava Jato, os subornos de Odebrecht no Brasil e no resto da América geraram um clima de fim de época irrespirável e de franca decadência. Por estes motivos, qualquer líder futuro do país deverá ser transparente e livre de compromissos políticos com figuras questionadas, e deverá saber mover-se com agilidade num contexto cheio de inimigos, dispostos a tudo para manter o status quo que lhes protege. Uma situação francamente complicada, que requer uma combinação de talento natural, força de carácter, uma formação sólida e alguma sorte.

Chile

Felipe Kast

Fundador e senador do partido Evolução Política

A trajetória deste economista, licenciado pela Universidade Católica do Chile e doutorado em Harvard, ilustra bem a transformação que atravessa a configuração partidária chilena. As cisões e as saídas têm sido a norma na área da esquerda comunista, na Nueva Mayoría progressista e também na direita e no centro-direita. Kast, que participou como ministro de Estado no primeiro governo de Sebastián Piñera (2010-2014), fundou em 2012 Evolución Política (Evopoli), um movimento que reúne políticos independentes do centro-direita, o que o obrigou a renunciar ao seu cargo como delegado presidencial para Aldeas y Campamentos de Emergencias, organismo responsável por atender estas necessidades depois do devastador terremoto de 2010.

Nascido em Santiago em 1977, e filho de um ex-presidente do Banco Central do Chile durante a ditadura de Pinochet, foi deputado entre 2014 e 2018, ano em que tomou posse como senador pela nova circunscrição da Araucanía. A sua vocação política nasceu no colégio, onde chegou a presidir o Centro de Alunos, e sob a influência do seu padrastro, Javier Etcheberry, que viria a ser ministro das Obras Públicas durante o governo de Ricardo Lagos. A sua referência política internacional é David Cameron, que lhe indicou o caminho para transitar do modelo de inspiração "thatcheriana" característico da direita chilena, para postulados mais modernos e mais atentos às questões sociais.

No referente a temas como a globalização e o sistema económico, Kast é um firme defensor da abertura ao mundo, que vê como positiva para o Chile. Insiste em melhorar a educação e em profissionalizar um estado e uma administração que vê como reféns dos partidos políticos, e procura uma renovação do centro-direita para terminar com um debate político vincado e de pouco respeito, num ambiente que define como de "guerra fria" chilena, em que vê uma esquerda amarrada à nostalgia e presa ao frentismo político.

Giorgio Jackson

Deputado da Revolução Democrática

O movimento estudantil, que protestou com força em 2011, teve como Giorgio Jackson um dos seus líderes mais destacados. Jackson, nascido em Viña del Mar em 1987, era por essa altura um estudante de Engenharia Civil e Tecnologias da Informação, estudos que entretanto completou, e exercia as funções de presidente da Federação de Estudantes da Universidade Católica (FEUC) e de porta-voz da Confederação de Estudantes do Chile (CONFECH). Um ano depois das mobilizações de protesto, fundou o seu próprio partido, Revolución Democrática, situado na esquerda do espetro político chileno.

Um ano depois, em 2013, foi eleito deputado na legislatura 2014-2018, com o apoio da formação Nueva Mayoría, de centro-esquerda, que não apresentou candidato na sua circunscrição. A partir de 2016 participou como um dos fundadores da coligação de forças políticas chilenas denominada Frente Amplio, formada por partidos e movimentos políticos de esquerda, liberais igualitários e cidadãos que procuram acabar com o bipartidarismo chileno de Nueva Mayoría e Chile Vamos. Em 2017, foi novamente eleito deputado, cargo que desempenha atualmente. Jackson foi um dos artífices da candidatura de Beatriz Sánchez pelo movimento Frente Amplio, que conseguiu obter 20% dos votos.

Como bom representante da esquerda chilena, tem em Salvador Allende uma das suas principais referências e menciona Frida Khalo como referente de rebeldia cultural. Utilizador assíduo das principais redes sociais, a sua experiência e o seu interesse centram-se mais na política interna do que nos temas globais. Destaca a imperiosa

necessidade de redistribuir o poder económico e de lutar contra as desigualdades e a segregação de classes, e também de combater a corrupção. A sua atenção também se dirige às questões sociais, e desde o Congresso que apoiou a criação de uma comissão de investigação de Bairros Críticos, sobre o papel da polícia e o abandono por parte do estado dos setores mais vulneráveis do país. Os seus mandatos caracterizaram-se pelos seus índices de transparência, participação, proximidade da cidadania e ativismo digital. Embora tenha manifestado a sua intenção de não acumular mais de dois mandatos, é atualmente um dos políticos mais prometedores do Chile.

Felipe Harboe

Senador e político do Partido pela Democracia

O Partido Por la Democracia de Chile, que o senador Felipe Harboe ajudou a fundar, define-se como uma formação progressista, democrática e paritária, tendo participado no movimento de Concertación de centro-esquerda, e, nas últimas eleições presidenciais, na Nueva Mayoría que o substituiu. Harboe, nascido na Holanda em 1972, formou parte dos seus diferentes governos, ocupando cargos como o de Vice-ministro de Carabineros no Ministério da Defesa, e de Subsecretário do Interior durante a presidência de Ricardo Lagos e de Michelle Bachelet. Renunciou ao cargo para ocupar, como substituto, o cargo de deputado pelo distrito 22, lugar para o qual foi posteriormente reeleito para o período 2010-2014.

Foi eleito senador nas eleições parlamentares para a legislatura 2014-2018. Integra as comissões permanentes de Agricultura, e de Constituição, Legislação, Justiça e Regulamento, além de presidir esta última. Advogado licenciado na Universidade Central de Chile, foi também professor na Escola de Governo desta universidade. O seu interesse nas políticas de segurança levou-o a completar a sua formação em Espanha e no Reino Unido, onde ampliou os seus conhecimentos na área da segurança nos estádios, tendo conseguido introduzir no Chile várias melhorias nesta área, que lhe valeram elogios generalizados.

A sua vocação política despertou cedo, enquanto estudante do ensino secundário. Não oculta a sua admiração por figuras moderadas do centro-esquerda chileno, como é o caso do ex-presidente Ricardo Lagos. No âmbito internacional, refere o seu interesse pelo legado unificador de John Fitzgerald Kennedy e a figura de Winston Churchill, dois líderes que conseguiram convocar um país para alcançar grandes conquistas coletivas. A luta contra a corrupção, a desigualdade social e a falta de sentido cívico estão entre as suas prioridades políticas. Embora se declare herdeiro da esquerda chilena, pensa que o progressismo chileno deve deixar para trás o debate divergente sobre o golpe militar, com uma nova geração de líderes de centro-esquerda capazes de abordar com pragmatismo os novos desafios.

Carolina Goic

Senadora e política do Partido Democrata Cristão

A recente conturbada história da Democracia Cristã (DC) no Chile reflete-se na trajetória de Carolina Goic, nascida em Santiago em 1972. Embora a DC formasse parte da chamada Concertación e da nova maioria de centro-esquerda que governou o Chile durante 24 dos 28 anos passados desde a recuperação da democracia, as lutas internas dos últimos anos obrigaram o partido a reposicionar-se, com a apresentação de uma candidatura própria em 2017. Carolina Goic obteve 5,88 % dos votos num contexto algo complexo para o seu partido, que tinha sofrido a cisão da sua ala mais direitista. No início de 2016 tinha sido nomeada presidente da DC, cargo que manteve até finais de 2017.

Licenciou-se como assistente social na Universidade Católica do Chile, onde posteriormente tirou um Mestrado em Economia. A sua trajetória política arrancou em 2002, quando foi nomeada Secretária Regional Ministerial (SEREMI) de Planeamento em Magallanes, durante o governo de Ricardo Lagos. Foi eleita deputada na legislatura 2006-2010 e, posteriormente, em 2010-2014. Nesse ano apresentou a sua candidatura ao Senado e, dois anos mais tarde, e perante a renúncia do então presidente do seu partido, assume a liderança da DC. Renunciou ao seu lugar no Senado, ao ser escolhida, em 2017, como candidata do seu partido às eleições presidenciais desse mesmo ano.

A visão e os interesses políticos de Goic estão mais próximos dos postulados clássicos da democracia-cristã europeus do que do liberalismo económico do centro-direita chileno. Não é por isso estranho que declare ser uma admiradora de Angela Merkel, e que aprecie a moderação de Eduardo Frei, segundo presidente chileno depois de Pinochet. Nos seus diferentes cargos, insistiu sempre na luta contra a corrupção, que considera ser a principal ameaça para a democracia. Igualmente convincente é a sua mensagem sobre a necessidade de melhorar a qualidade da educação, proporcionando uma visão geral que inclui o cuidado e a atenção às crianças em situação de exclusão social. Do seu trabalho parlamentar, destaca-se a sua luta pelo alargamento do período de licença pós-natal, a licença para que os pais e as mães com filhos gravemente doentes possam desfrutar de uma licença para o seu cuidado, e o projeto da lei nacional contra o cancro.

Desafios políticos do futuro no Chile

Historicamente, o país andino foi sempre um símbolo de tranquilidade e de paz num continente marcado pela instabilidade. No entanto, o Chile tem vindo a conhecer, nos últimos anos, protestos e mobilizações que são um sintoma de uma mudança de tendência. Especialmente significativa foi a mobilização estudantil em 2011. A crise global não poupou o Chile, embora se tenham mantido a estabilidade macroeconómica e a habitual rotação na presidência entre as forças políticas de centro-esquerda e centro-direita.

Embora atualmente o governo esteja nas mãos do centro-direita de Sebastián Piñera – que também foi presidente entre 2010 e 2014 –, é nos setores da esquerda que se têm verificado as maiores transformações nos últimos anos. Das mobilizações estudantis surgiram novos líderes sociais, que hoje ocupam um lugar no parlamento, integrados em partidos de esquerda, com muita capacidade de mobilização, e, também, para condicionar o debate. A herança de Pinochet deixou um país entregue ao liberalismo da Escola de Chicago, e os sistemas públicos do ensino superior e da saúde mal conseguem cobrir as necessidades reais. Esta foi uma das causas das mobilizações de 2011, além dos elevados níveis de desigualdade, devidos em parte a uma rede de proteção social inferior à de outras economias com a dimensão e o desenvolvimento da economia chilena.

"O político chileno dos próximos anos deverá levar a cabo um processo de reforma que equilibre a participação pública e privada, e reduza o fosso entre ricos e pobres"

Por essa razão, os políticos chilenos dos próximos anos deverão enfrentar-se num processo de reforma que, ao contrário do que sucede noutros países, equilibre a participação pública e privada na prestação dos serviços básicos, e seja capaz de reduzir a atual divisão entre ricos e pobres, num contexto global marcado pela denúncia contra a desigualdade, uma das causas do mal-estar geral nas democracias liberais. A vantagem é de que o poderão fazer num contexto de estabilidade geral, tanto política como social e económica.

Colômbia

David Barguil

Representante na Câmara e Senador eleito pelo Partido Conservador

A realidade colombiana tem sido alvo de profundas transformações ao longo dos últimos anos, que também mudaram a configuração política do país. O Partido Conservador, a que pertence David Barguil, e do qual foi presidente entre 2014 e 2016, assumiu a oposição, e está agora mais próximo do ex-presidente Uribe, grande opositor de Santos e crítico dos Acordos de Paz da Havana. Anos intensos e de grandes transformações, em que este congressista, nascido em Cereté, Córdoba, em 1981, se destacou como representante de iniciativas legislativas contra vários setores como o das telecomunicações, da indústria dos cimentos, da eletricidade e da banca.

A sua carreira política arrancou em 2000, quando participou na campanha de um ex-ministro para o conselho de Bogotá. David Barguil estudou Finanças, Governo e Relações Internacionais na Universidade Externado da Colômbia, onde se especializou em Direito Contratual e Relações Jurídicas e de Negociação. Completou a sua formação com uma bolsa para estudar Economia e Política na Universidade de Montreal, no Canadá, e domina fluentemente o idioma inglês. Atualmente realiza um Mestrado em Liderança Positiva e Estratégia no Instituto da Empresa, em Espanha. Chegou ao Congresso de Deputados em 2010, representando Córdoba pelo Partido Conservador. Nas eleições de 2018 regressou ao Congresso, depois de ter sido responsável pelos debates da campanha presidencial da conservadora Martha Lucía Ramírez, em 2014.

Casado com a filha do ex-presidente e líder do Partido Liberal, César Gaviria, Barguil é um utilizador ativo das redes sociais, num país que foi pioneiro no uso intensivo de Twitter como ferramenta política. Confessa-se um admirador de Winston Churchill, pela sua tenacidade e energia em tempos adversos, e declara-se partidário de uma globalização económica mais inclusiva, uma ideia em concordância com as suas iniciativas políticas e legislativas, entre as quais se destacam a proibição das cláusulas de permanência da telefonia móvel, a sua denúncia do lobby do cimento, que se saldou com uma multa histórica às empresas do setor, e a sua iniciativa para pôr fim ao mau serviço que a empresa Electricaribe oferecia aos seus usuários no norte do país, e que terminou com a intervenção da empresa por parte do governo.

Carlos Fernando Galán Pachón

Senador da República da Colômbia

Na Colômbia são habituais as famílias políticas, mas poucas se baseiam numa figura capaz de gerar tanto consenso como a do renovador do Partido Liberal, Luis Carlos Galán, assassinado em 1989, por ordem de Pablo Escobar. O malogrado político encontrava-se na altura às portas de conseguir a presidência do governo, que acabou por ser conquistada por César Gaviria. Carlos Galán, filho de Luis Carlos, tinha então apenas doze anos, e acompanhava o pai nos comícios e atos da campanha eleitoral. A vocação política de Carlos Galán despertou assim muito cedo, e o assassinato do seu pai representa, segundo ele próprio reconhece, um momento decisivo na sua carreira, em parte pela proximidade com o presidente Gaviria, a quem acompanhou entre 2000 e 2001, quando era presidente em Washington da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Não obstante, a sua carreira política não se encontra vinculada ao Partido Liberal, mas sim à formação Cambio Radical, do ex vice-presidente Germán Vargas Lleras. Galán Pachón chegou mesmo a presidir o partido, cargo de que se demitiu por divergências de fundo quanto ao método de eleição dos candidatos da formação política. Foi eleito conselheiro em Bogotá por esta formação em 2007, e destacou-se no governo municipal como um dos denunciantes da corrupção que pôs fim ao mandato do alcaide Samuel Moreno, que terminou na prisão. Em 2012 foi nomeado Secretário Anti-corrupção e de Transparência, por Juan Manuel Santos. Foi senador entre 2014 e 2018, renunciando então devido às divergências que manteve com o seu partido político. Atualmente é apontado como um dos nomes fortes para ser candidato ao governo municipal de Bogotá. Estabelece como prioridades da sua intervenção política a luta contra a desigualdade e a

corrupção, e a necessidade de uma reforma educativa, judicial e política como caminho para um país capaz de alcançar uma melhor distribuição da riqueza.

Pela sua formação e experiência, domina perfeitamente o inglês e francês, e dedica uma especial atenção aos temas regionais, como o deterioramento da situação política e social na Venezuela. É licenciado em Governo, Gestão e Assuntos Públicos pela Universidade Externado da Colômbia, e em Relações Internacionais pela Universidade de Georgetown (EUA). Destaca-se também pelo seu trabalho como jornalista, tendo sido correspondente em Washington da revista Semana, uma das mais influentes do país, e editor político do jornal diário El Tiempo. Durante a sua etapa neste meio de informação foi-lhe concedido o Prémio Nacional de Jornalismo do Círculo de Jornalistas de Bogotá para o melhor trabalho na imprensa pelos seus artigos publicados em 2007 sobre Parapolítica.

Claudia López

Senadora pelo partido Aliança Verde

A Colômbia atravessou recentemente anos de grande polarização política, entre os partidários do ex-presidente Álvaro Uribe e os defensores do anterior mandatário, Juan Manuel Santos. Desta confrontação política nasceu, nos últimos anos, um movimento político conhecido como "ni-ni" (nem-nem) ao qual se somou a senadora Claudia López, nascida em Bogotá em 1970. López forma parte do Partido Verde, e embora tenha sido escolhida como candidata presidencial pela sua formação política para as eleições presidenciais de 2018, finalmente terminou por apoiar a Coligação Colômbia, liderada pelo ex-alcaide de Medellín e ex-governador de Antioquia, Sergio Fajardo, que foi o seu candidato presidencial, com Claudia López como candidata à vice-presidência. A coligação conseguiu um meritório terceiro lugar nas eleições, com mais de 23 % dos votos.

A sua carreira política está marcada pelo seu compromisso com o movimento estudantil "7 papeleta", entre 1989 e 1990, que foi decisivo para iniciar o processo de renovação constituinte de 1991. Foi nesse período que completou a sua licenciatura em Finanças, Governação e Relações Internacionais na Universidade Externado da Colômbia, obtendo ainda um Master em Administração Pública e Política Urbana pela Universidade de Columbia, em Nova Iorque. Fala fluentemente inglês, idioma em que realiza atualmente o seu doutoramento na Universidade Northwestern de Chicago, graças a uma bolsa Fullbright. Em 2009 foi escolhida pela Universidade de Yale como um dos 15 líderes mundiais do programa World Fellow.

Trabalhou como consultora para as Nações Unidas em projetos sociais e foi Conselheira Presidencial para a Juventude e da Procuradoria Distrital de Bogotá. A sua atividade política é compaginada com um intenso trabalho como analista e comentarista nos principais meios televisivos e da imprensa escrita colombiana. Admiradora de John F. Kennedy e da mãe do ex-presidente norte-americano, professora e sindicalista, foi eleita em 2014 para um lugar no Senado, onde se tem destacado pelas suas duras críticas das relações entre política, paramilitarismo e os cartéis do narcotráfico. O seu ativismo levou-a a ser uma das pessoas mais denunciadas por difamação pelos seus opositores. Destaca-se na sua luta contra a corrupção, e por uma maior transparência e prestação de contas, num país que não goza de uma boa reputação nestas matérias, o que justifica a sua proposta de uma Consulta Popular Anti-corrupção, uma iniciativa cívica que procura aplicar 7 medidas anti-corrupção para eliminar esta nódoa das instituições colombianas.

Cristina Plazas

Diretora executiva do partido Reconciliação Colômbia

O presidente Juan Manuel Santos termina o seu mandato a desfrutar de mais admiradores no exterior do que no seu país, embora o seu trabalho tenha deixado um legado importante, de que a sua equipa se afirma como herdeira. Entre os membros dessa equipa encontra-se Cristina Plaza, que foi secretária privada do presidente entre 2012 e 2014, ano em que passou a ocupar a Direção do Instituto Colombiano de Bem-estar Familiar (ICBF), até 2017, ano da sua saída do governo. Atualmente é Diretora Executiva de Reconciliación Colômbia, uma iniciativa que reúne 81 entidades, e que procura influir no contexto social pós-conflito armado, e consolidar a paz alcançada nos Acordos de Havana.

De formação jurídica, é licenciada em Direito pela Universidade Javeriana de Bogotá, especializando-se em Direito Administrativo na Universidade de Rosario. Começou o seu percurso político como conselheira municipal em Bogotá, pelo partido Cambio Radical, entre 2003 e 2007, para posteriormente acompanhar o presidente Santos no Ministério das Finanças. Desde então tem acompanhado o mandatário como secretária privada, em diferentes cargos. A sua defesa da paz e das conversações de Santos com as FARC e o ELN é coerente com a admiração que manifesta pelo pacifismo de Mahatma Gandhi.

Utilizadora assídua do Twitter e de outras redes sociais, a sua posição combativa contra a corrupção política levou-a a viver momentos de grande tensão, em que a justiça sempre se pronunciou a seu favor. A luta contra a corrupção é o seu grande objetivo político, pelo qual gostaria de ser recordada, embora a sua atenção também se centre nas questões relacionadas com as crianças e com os direitos da infância, num país com elevados níveis de exclusão e de desigualdade social. A sua proximidade do presidente Santos converteu-a numa das pessoas com mais acesso às principais figuras do poder do Estado, nestes anos decisivos para a história do país.

Rodrigo Lara Restrepo

Presidente da Câmara de Representantes pelo Partido Mudança Radical

A história recente da Colômbia está marcada pelo assassinato, em 1984, de Rodrigo Lara Bonilla, na altura Ministro da Justiça do Governo de Belisario Betancur. O principal perseguidor dos "capos" da droga tinha-se convertido no principal inimigo do líder do cartel de Medellín, Pablo Escobar. O seu filho Rodrigo Lara Restrepo é agora o presidente da Câmara de Representantes, pelo partido Cambio Radical, e um dos jovens políticos mais destacados do país. Nascido em Neiva, em 1975, passou a sua juventude e os primeiros anos da sua formação na Suíça, no Reino Unido e em França.

Regressou à Colômbia para estudar Direito na Universidade Externado, regressando depois à Europa para obter o Diplôme International d´Etudes Politiques do Instituto de Estudos Políticos de Paris (Sciences Po) e um Mestrado da escola Nacional de Administração (ENA), em França, da qual saíram muitos dirigentes do país galês. Domina perfeitamente o inglês e o francês. É um utilizador ativo das redes sociais, em especial do Twitter e do Facebook para os assuntos políticos, e do Instagram como aplicação para fins de carácter mais pessoal. Durante os governos de Álvaro Uribe foi Assessor do Alto Conselheiro Presidencial para a Ação Social e Diretor do Programa Presidencial de Eficiência, Transparência e Luta contra a Corrupção.

Embora a carreira política do seu pai seja conhecida pela sua luta contra o narcotráfico e a sua influência nas instituições do estado, a atividade política de Rodrigo Lara Restrepo centra-se mais em aspectos como a modernização do estado e das suas instituições. Embora não se assuma como conservador, confessa a sua admiração por Margareth Thatcher, pela sua capacidade para se sobrepor à adversidade e conseguir triunfar numa sociedade profundamente patriarcal. Entre os seus referentes colombianos figura o exemplo de María Cano, líder sufragista, sindical e operária da década de 1920 e precursora do marxismo na Colômbia. Define-se como um político pragmático e reformista, e entre 2015 e 2017 foi líder de Cambio Radical, cargo que abandonou para assumir a presidência da Câmara de Representantes.

Desafios políticos do futuro na Colômbia

O processo de paz iniciado com as FARC, que culminou com os Acordos da Havana, e com a desmobilização do exército de guerrilha com mais anos de atividade do continente, marca um antes e um depois na vida do país. Embora ainda esteja pendente o desafio da desmobilização do ELN, o outro exército principal das forças da guerrilha colombiana, os desafios em matéria de segurança do país andino serão diferentes, estritamente de natureza policial e centrados no combate aos grupos criminosos herdeiros do paramilitarismo. Este não é um desafio de menor importância, mas sim de uma natureza diferente, que condicionará menos o debate político clássico entre opções progressistas ou conservadoras. Uma dicotomia que só existiu nas recentes eleições presidenciais da Colômbia. O país parece ter fechado uma página de luto e a política também deverá mudar.

"Consolidar os acordos, e para implementar reformas sociais sem despertar com isso os receios dos partidários de Uribe, e dos setores sociais conservadores que este representa"

Os desafios são imensos, e incluem a integração dos guerrilheiros na vida civil, a substituição dos cultivos e a luta contra a desigualdade, num dos países menos equitativos do continente americano. O presidente cessante, Juan Manuel Santos, conseguiu realizar alguns progressos nestas áreas, mas o Acordo de Paz é recente, e serão, sem dúvida, as próximas gerações que poderão alcançar os maiores avanços. Porque, na verdade, a Colômbia tem tudo: recursos naturais, saída marítima para dois oceanos, capital humano e uma excelente posição geográfica. A falta de estabilidade geral devia-se fundamentalmente aos conflitos armados com as forças guerrilheiras, o que atuou como um travão para as grandes reformas socioeconómicas.

Por outro lado, o país encontra-se muito polarizado politicamente. O que é algo natural, depois de um processo de paz que nem todos foram capazes de compreender. O ex-presidente Álvaro Uribe foi capaz de interpretar essa rejeição ao processo de uma parte da sociedade, e de aproveitar o seu capital político com a criação de um novo partido, o Centro Democrático, cujo candidato ao mais alto cargo do país, Iván Duque, está muito perto de abrir as portas da Casa de Nariño, sede da presidência da nação. Uribe, que exerce atualmente o cargo de senador, é um político muito popular, mas que também produz rejeição em muitos setores da sociedade colombiana, especialmente no seio das forças políticas da esquerda e do centro. A sua capacidade de mobilização e de condicionar o debate político é ampla, pelo que uma das virtudes dos próximos líderes colombianos terá que ser a capacidade para consolidar os acordos, e para implementar reformas sociais sem despertar com isso os receios dos partidários de Uribe, e dos setores sociais conservadores que este representa. Seja como for, o ambiente será significativamente melhor do que aquele que os líderes colombianos enfrentaram ao longo dos últimos quarenta anos, e só por isso não podemos deixar de encarar com otimismo o futuro da Colômbia.

Equador

Patricio Zambrano Restrepo

Representante Permanente da República do Equador na UNESCO

A esquerda equatoriana está formalmente dividida entre os partidários do ex-presidente Rafael Correa e o seu sucessor, Lenin Moreno. No entanto, alguns dos altos cargos de maior responsabilidade do país com Moreno continuaram a ser ocupados por políticos que trabalharam durante a presidência de Rafael Correa. É este o caso de Patricio Zambrano, nascido em Quito em 1969, licenciado em Sociologia pela Universidade de Paris VIII e atual representante Permanente da República do Equador junto da UNESCO. Após os seus anos de formação em França completou os seus estudos com um Mestrado em Estudos Latino-americanos e Relações Internacionais na Universidade Andina Simón Bolívar, no Equador. Posteriormente, frequentaria estudos de Políticas Públicas e Integração no Instituto de Altos Estudos para a Integração e o Desenvolvimento de Bogotá, na Colômbia.

Os seus anos de formação no estrangeiro permitiram-lhe adquirir um domínio do francês a nível bilingue. Antes de ser nomeado representante do Equador junto da UNESCO, foi Ministro da Defesa do gabinete do presidente Lenín Moreno, e ocupou também diversos cargos na administração durante os anos de mandato do presidente Correa, incluindo os de vice-presidente da representação equatoriana no Parlamento Andino, e a presidência da Comissão Especial de Transparência e Luta contra a Corrupção do mesmo parlamento. É também presidente nacional do Partido Socialista Equatoriano, o mais antigo do país entre os que conservam influência e poder.

Tendo em conta a sua filiação e a sua militância socialista, e também os anos que passou em França, não é de estranhar a sua admiração pelo ex-presidente francês François Mitterrand. Na política latino-americana os seus referentes são o brasileiro Lula da Silva, o uruguaio José Mujica e a chilena Michele Bachelet, social-democratas num entorno mais polarizado, entre discursos mais liberalizantes e uma visão bolivariana. É nesta posição intermédia que se situa o governo de Lenin Moreno do qual forma parte, ocupando um posto de grande responsabilidade.

Guillermo Celi

Membro da Assembleia Nacional do Equador e presidente nacional (E) do Partido Suma Equador

A democracia, as liberdades individuais e a liberdade de expressão conheceram anos difíceis no país, durante a década governada pelo Socialismo do Século XXI no Equador (2007-2017), período durante o qual o debate político alcançou elevados níveis de crispação, e a pseudo-esquerda mantinha uma posição hegemónica, não apenas no país, mas em todo o continente.

Estas circunstâncias originaram a necessidade de formar novos líderes, com uma visão mais moderna da sociedade, e a capacidade de saber ouvir a sociedade. Entre as figuras mais destacadas dessa geração de políticos encontra-se Guillermo Celi, nascido em Portoviejo, em 1976, no seio de uma família de tradição política no Equador. Um dos seus principais referentes é Eloy Alfaro, natural da mesma província, que foi presidente do país e um líder da revolução liberal que teve lugar entre 1895 e 1924, e marcou o início das grandes transformações do país.

Desde 2017 ocupa um lugar na Assembleia Nacional do Equador, onde forma parte da Comissão de Governos Autónomos, Descentralização, Competências e Organização Territorial. É licenciado em Direito pela Universidade Católica do Equador, e doutor em Jurisprudência.

Iniciou a sua atividade pública em 2009, ao constituir um coletivo cívico denominado Equador Pragmático, participando nas eleições distritais desse ano, como candidato à Prefeitura de Manabí , com o apoio de várias organizações políticas.

Em 2012, foi um dos fundadores do SUMA, um movimento político centrista, defensor do modelo de governo responsável, sendo atualmente o seu presidente nacional (E).

Proveniente do mundo académico, foi professor na Universidade Católica de Santiago de Guayaquil, na Universidade San Gregorio de Portoviejo, e também exerceu a advocacia.

Dentro da mesma linha de outros líderes do centro-direita regional, defende a liberdade individual e económica, reclamando ao mesmo tempo maior atenção para os efeitos da globalização comercial e da abertura económica. Como político, insiste na necessidade de flexibilizar o mercado de trabalho, e de melhorar a educação para a adaptar às novas dinâmicas globais, favorecendo a criação de um amplo programa de bolsas de estudo e de créditos para os estudantes com menos recursos. É muito crítico com Correa, que acusa de ter degradado a qualidade das instituições do país, colocando-o à beira do colapso pela falta de transparência e pelo caciquismo. Celi é um liberal moderno, com profundas convicções de carácter social, num país que, como denuncia, se encontra dominado pelas lealdades partidárias e pela corrupção, tendências que é necessário reverter.

Celi é um pragmático e apaixonado defensor da transformação tecnológica do país, e da modernização do campo, com a introdução de processos agro-industriais, transformação que também deve chegar aos médios e pequenos produtores. Defende ainda um maior apoio ao empreendimento, e a criação de uma ampla plataforma de serviços, que inclua um forte impulso ao turismo e à criação de Pólos de Desenvolvimento.

Acredita que a qualidade institucional do país, a independência e a autonomia dos poderes do Estado, bem como a segurança jurídica, são o caminho certo para um futuro melhor para o Equador.

Fabricio Villamar Jácome

Membro da Assembleia Nacional da Província de Pichincha

Dentro do heterogéneo grupo de partidos opositores a Rafael Correa, encontra-se o Movimento CREO, Creando Oportunidades, a que pertence o advogado Fabricio Villamar, nascido em Quito, em 1969. Villamar preside também a direção cantonal da capital do Equador, e é membro da Assembleia Nacional pela província de Pichincha, com um mandato até 2021. Forma parte da Comissão de Soberania, Integração, Relações Internacionais e Segurança Integral, e é vice-presidente da Comissão Ocasional para tramitar a reforma integral da Lei de Trânsito do país.

Possui um doutoramento em Jurisprudência da Universidade Católica do Equador, estudos sobre Administração Local da Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais do Equador, um diploma em Governação e Liderança Política do IDE - Business School, e estudos na Escola de Política Latino-americana da Universidade de Salamanca. Com uma dilatada experiência política, assumiu em 2009 o cargo de Conselheiro por Quito, destacando-se pelo seu impulso da ordenança 267, que regula os espaços e as atividades desportivas. Embora exerça atualmente um cargo de relevo na política nacional, aspira a ser Alcaide de Quito.

Confessa a sua admiração pelo ex-presidente Jaime Roldós, primeiro mandatário eleito depois do regresso do país à democracia. No âmbito internacional, tem como referente a figura de John F. Kennedy.

Utiliza assiduamente as principais redes sociais, e domina fluentemente o inglês. Na sua opinião, o país precisa de recuperar urgentemente a sua credibilidade institucional, de restaurar o equilíbrio entre a separação de poderes, a transparência e a fiscalização. No seu primeiro ano de mandato promoveu várias iniciativas legislativas, como o projeto de lei de proteção ao denunciante de atos de corrupção, a tipificação como delito autónomo dos ataques com ácido a mulheres, e emendas à Constituição para que a comunicação

seja considerada como um dos direitos humanos e não como um mero serviço público. Interveio no primeiro julgamento político levado a cabo pela oposição contra o Superintendente de Informação e Comunicação, que foi censurado e destituído pela Assembleia Nacional.

Coerente com o seu pensamento liberal, aposta pelo regresso do Equador à economia mundial, depois de mais de dez anos de mandato de um governo que considera muito negativo.

Cristina Reyes Hidalgo

Membro da Assembleia Nacional pelo Partido Social Cristão

O centro político e o liberalismo não tiveram um caminho fácil nos últimos anos, no Equador. O país esteve muito polarizado politicamente, e foi governado desde uma postura marcadamente intervencionista por Rafael Correa, durante os seus dois mandatos, entre 2007-2017. A chegada de Lenin Moreno, vice-presidente de Correa, mas agora transformado no seu rival político, significou um regresso a uma atitude pluralista e aberta, na qual se situa Cristina Reyes Hidalgo, nascida em Guayaquil em 1981, e membro da Assembleia Nacional pelo Partido Social Cristiano (PSC).

Hidalgo é advogada e licenciada em Ciências Sociais e Políticas pela Universidade Católica de Santiago de Guayaquil, cidade em que exerceu o cargo de conselheira municipal, depois de ter sido membro da Assembleia Constituinte em 2007, pelo PSC. Posteriormente seria eleita para a Assembleia nacional em duas ocasiões, cargo que ocupa atualmente, com um mandato que termina em 2021. Durante anos, Cristina Reyes Hidalgo conciliou a sua vida pública com os seus estudos de licenciatura em Comunicação Social na Universidade de Loja, e com estudos de pós-graduação, como o Master em Ação Política, que obteve na Universidade Francisco de Vitoria, em Espanha.

Utilizadora assídua das principais redes sociais, assume-se como politicamente moderada, e defensora da abertura e do pluralismo, confessando a sua admiração pelo primeiro-ministro canadiano, Justin Trudeau, em quem aprecia o respeito e a moderação do liberalismo clássico, ideologia que valoriza como a melhor alternativa para melhorar a qualidade institucional do seu país, que considera ter sofrido muito com o anterior presidente. Em matéria de política interna, o seu referente principal é Jaime Nebot, atual alcaide de Guayaquil. Os seus projetos de lei mais destacados estão relacionados com a participação da cidadania e da sociedade, e com a promoção de empreendimentos, a defesa dos direitos dos trabalhadores, reformados, mulheres e jovens, e evidenciam claramente o seu posicionamento político nestas questões essenciais. Cabe ainda referir a sua luta permanente a nível institucional por uma maior transparência e contra a corrupção.

Lourdes Tibán Guala

Membro do Fórum Permanente das Nações Unidas para as Questões Indígenas

O foco da oposição ao governo de Rafael Correa esteve principalmente nos partidos do centro-direita, mas também existiu uma oposição ativa desde a esquerda indígena. Neste último grupo destacou-se a figura de Lourdes Tibán, que foi membro da Assembleia Nacional até 2017, pelo Movimento Pachakutik, e que é atualmente membro do Foro Permanente das Nações Unidas para as Questões Indígenas. Nascida em Salcedo, em 1969, a sua atividade centrou-se no reconhecimento dos direitos dos povos indígenas e na luta pela igualdade entre homens e mulheres. Fala kichwa e espanhol, e é um referente político do movimento indígena.

De formação jurídica, é doutorada em Direito pela Universidade Central do Equador, e possui três Mestrados, da Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais, da Universidade das Américas, da Universidade de los Andes, e um quarto sobre Direitos Humanos que obteve no México. Estes estudos são um claro reflexo das suas prioridades políticas. Foi proposta pelo Movimento Pachakutik como candidata à presidência do país, o que declinou manifestando o seu apoio ao candidato do Partido da Esquerda Democrática.

É uma utilizadora habitual das principais redes sociais, como o Facebook ou o Twitter, que administra pessoalmente. Em consonância com o seu compromisso pela melhoria da posição social das mulheres equatorianas, os seus referentes políticos são mulheres da história recente do seu país, como a ex-magistrada do Tribunal Constitucional Nina Pacari, Blanca Chancoso e Tránsito Amaguaña. O seu diagnóstico do estado da democracia no Equador é pessimista, por culpa da corrupção, da falta de separação entre os poderes, e pela diminuição dos espaços de opinião discordantes. Além do seu interesse por todos estes temas, trabalha para reduzir a desigualdade e a pobreza, outro dos principais flagelos do Equador.

Desafios políticos do futuro no Equador

A vitória de Lenin Moreno, vice-presidente durante o mandato de Rafael Correa, estimava um período de relativa continuidade entre o ex-mandatário e o seu sucessor, aliados da esquerda latino-americana. Nada mais longe da realidade. A rivalidade entre ambos é já irreversível, e Correa converteu-se agora no principal opositor do presidente que outrora apoiou. Lenin, de carácter mais moderado e aberto, abdicou de algumas das reformas do seu predecessor, contribuindo ainda mais para a crispação do ambiente político. O ex-mandatário regressou do seu retiro na Bélgica para exercer como líder da oposição a tempo inteiro, propondo como objetivo derrubar o governo de Moreno.

Não obstante, a situação não parece ser grave o suficiente para pôr em dúvida a estabilidade do governo. Correa é cada vez menos popular entre muitos setores da sociedade equatoriana, ao contrário do que tem vindo a acontecer com Lenin Moreno. Além disso, a situação económica é agora mais estável, depois de alguns anos difíceis devido ao devastador terramoto sofrido em 2016, e às repercussões da crise económica global, que chegaram tarde, mas sacudiram com força a América Latina.

"Serão necessários experiência e requisitos técnicos mas também sensibilidade social e capacidade política para tecer acordos"

Os desafios dos futuros políticos do Equador passarão por saber acalmar os ânimos sociais e políticos e também por demonstrar uma capacidade reformista igual à capacidade de convencer e chegar a acordos. Em alguns casos, será necessário chegar a consensos com o centro-direita e com o setor do liberalismo, que esteve a ponto de vencer a segunda volta das eleições presidenciais. Para as reformas e acordos de carácter mais social será preciso contar com o apoio dos partidários de Rafael Correa. Serão necessárias reformas de todo o tipo, começando pelas que dizem respeito ao funcionamento de uma economia dominada pelo dólar, em pleno contexto de subida das taxas de câmbio da moeda norte-americana. Por outro lado, os desafios sociais relacionados com a pobreza, a precariedade e a desigualdade, continuam a ser enormes. Será necessário contar com grande experiência e conhecimentos técnicos, mas também demonstrar uma grande sensibilidade social e capacidade política para forjar acordos.

Espanha

Pablo Casado

Pré-candidato à presidência do Partido Popular

Apesar da sua juventude e da especial intensidade da vida política espanhola nos últimos anos, o nome de Pablo Casado sobreviveu até agora aos diferentes escândalos que atingiram o Partido Popular (PP). Nascido em Palência, em 1981, Pablo Casado é licenciado em Direito pela Universidade Complutense, e em Administração e Direção de Empresas, com um Mestrado em Direito Administrativo, pela Universidade Rey Juan Carlos. Casado completou a sua formação com pós-graduações de diferentes programas do Instituto de Empresa e das universidades norte-americanas de Harvard, Georgetown e John Hopkins, entre outras.

No seu currículo, destaca-se o seu papel como vice-secretário da Comunicação do PP, cargo que deixou para se apresentar como candidato à presidência do partido nas primárias do próximo mês de julho de 2018. É também porta-voz do partido para a campanha eleitoral das eleições municipais e autónomas de 2019, assim como deputado no Congresso.

A sua experiência remonta há vários anos, destacando-se o seu trabalho como Chefe de Gabinete do ex-presidente José María Aznar entre 2009 e 2012, e como porta-voz de Justiça e Administrações Públicas do PP na Assembleia regional de Madrid, entre 2007 e 2009.

Faz parte da corrente liberal do partido, e não esconde a sua admiração pelos três líderes do centro-direita espanhol que chegaram a formar governo: Adolfo Suárez, José María Aznar e Mariano Rajoy, que o nomeou para o seu atual cargo no seio do PP. Contrário aos discursos catastrofistas, é um firme defensor de devolver a auto-estima ao país, e de reconhecer os sucessos alcançados desde a Transição de 1978. Utilizador frequente das principais redes sociais, é uma presença habitual nos programas de tertúlia política na televisão e nas conferências de imprensa do seu partido.

Casado é igualmente um bom orador, de resposta ágil, e o seu nome tem sido apontado em diversas ocasiões para encabeçar diversas candidaturas municipais, regionais e nacionais.

Meritxell Batet

Ministra da Política Territorial e Função Pública, política do Partido dos Socialistas da Catalunha e deputada por Barcelona no Congresso

As recentes mudanças no Governo Espanhol levaram Meritxell Batet, nascida em Barcelona em 1973, ao cargo de Ministra de Política Territorial e Função Pública.

Assume assim a responsabilidade de canalizar a crise territorial atual, um dos maiores desafios da política espanhola contemporânea.

Batet é professora de Direito Constitucional e antes ensinou Direito Administrativo na Universidade Pompeu Fabra de Barcelona. Licenciada em Direito, completou os seus estudos com pós-graduações e investigações nos Estados Unidos, pelo que fala inglês para além do catalão, espanhol e francês. Realizou também uma pós-graduação em Direito Imobiliário e Urbanístico.

Não utiliza redes sociais, ainda que a sua equipa faça a gestão dos seus perfis no Twitter, Facebook e Instagram. Batet diz considerar-se federalista, feminista e social-democrata. Salvador Allende é um dos seus referentes políticos e acompanhou-a durante os seus anos de juventude, ainda que manifeste toda a sua admiração pelo antigo presidente espanhol Felipe González e pelo ex-presidente da Generalitat Pasqual Maragall.

É também deputada por Barcelona no Congresso e fixa as suas prioridades na melhoria de um sistema educativo que reforce o respeito e a convivência, além da renovação dos contratos sociais e territoriais, ambos bastante danificados devido aos anos de crise económica e institucional. Uma pessoa muito próxima ao atual presidente do Governo, foi secretária geral adjunta no Grupo Parlamentar no Congresso.

Marta Pascal

Coordenadora geral do Partido Democrata da Catalunha

Marta Pascal, nascida em Vic em 1983, é licenciada em Ciências Políticas e Administração pela Universidade Pombeu Fabra e em História pela Universidade de Barcelona. Completou a sua formação com um programa de liderança em gestão Pública no IESE-Madrid e atualmente está no programa de Liderança de Vicens Vives na ESADE.

Começou a sua trajetória política desde muito cedo. Em 2006 afiliou-se à Convergência Democrática da Catalunha (CDC) e à sua organização juvenil, a Juventude Nacionalista da Catalunha, que presidiu entre 2012 e 2015.

De 2008 a 2011 foi chefe de área do departamento de Educação da Câmara Municipal de Vic, e de 2011 a 2012 foi assessora da conselheira de Educação do Governo Regional catalão. Nesse mesmo ano fez parte das listas eleitorais da Convergência e União (CiU) para o Parlamento Catalão, sendo reeleita em 2015 com a coligação Junts pel Si.

Desde 2016 que é Coordenadora Geral do Partido Democrata da Catalunha (PDeCAT), partido herdeiro da Convergência, e atualmente é membro do Senado.

Ainda que se declare admiradora de Barack Obama e Justin Trudeau, também reivindica o legado político de Jordi Pujol, líder catalão.

Apesar de que atualmente o debate territorial e de identidade ocupa o centro da política catalã, Pascal também se interessa por temas laborais e de gestão pública.

Marta Pascal utiliza com frequência as redes sociais que identifica como ferramenta fundamental para estar em contacto com os cidadãos.

Iñigo Errejón

Secretário de Análise Estratégica e Alterações Políticas do Podemos e deputado no Congresso por Madrid

O movimento 15-M de 2011 mudou a história da política recente em Espanha. Do movimento resultaram reivindicações sociais e políticas que contribuíram para o aparecimento de novas forças políticas. O batismo eleitoral do Podemos teve início nas eleições europeias de 2014, onde, contra todas as probabilidades, conseguiu cinco deputados.

Íñigo Errejón, nascido em Madrid em 1983, esteve à frente dessa mesma campanha europeia e continuou como diretor da campanha até às eleições de 26 de junho de 2016. Em 2017 deixou de ser porta-voz do partido no Congresso, mas continuou à frente da Secretaria de Análise Estratégica e Mudança Política no Executivo Nacional.

Atualmente, além de ser deputado no Congresso, está a preparar a sua candidatura à presidência da Comunidade de Madrid nas eleições de 2019. Errejón é uma voz habitual nos meios de comunicação e é considerado um conceituado teórico político com o dom da palavra e brilhante nos seus raciocínios. Expressa grande admiração por Álvaro García Linera, vice-presidente da Bolívia, admiração também por personalidades da história do anarquismo espanhol e por Manuel Azaña.

Tem um Doutoramento em Ciências Políticas na Universidade Complutense de Madrid e o seu interesse pela política vem desde muito cedo quando participou em protestos antiglobalização de Génova, Praga ou Escócia nas mobilizações contra a guerra do Iraque.

Íñigo insiste na necessidade de estabelecer um discurso transversal no seu partido que ultrapasse a divisão clássica entre a esquerda e a direita, de maneira a que se forme novas e amplas maiorias progressistas.

Toni Roldán

Porta-voz da Economia no Congresso e responsável do Secretariado de Programas e Áreas Setoriais do grupo parlamentar de Cidadãos

O outro partido nascido da crise económica e política espanhola foi o Ciudadanos. Formado na Catalunha, adquiriu um grande protagonismo durante a crise institucional e territorial, estabelecendo-se como força política a nível nacional. Associado a esta consolidação está Toni Roldán, nascido em Barcelona em 1983, e atualmente deputado no Congresso. Embora a ideologia política do Ciudadanos se tenha deslocado da social-democracia para o liberalismo, Roldán pertence à ala sócio liberal mais progressista do partido, sendo responsável pela Secretaria de Programas e Áreas Sectoriais. É também o porta-voz de Economia do Grupo Parlamentar do Ciudadanos no Congresso dos Deputados.

Embora o seu perfil seja eminentemente político, a sua formação é de carácter económico, sendo um dos elementos do partido mais próximo de Luis Garicano, economista e responsável pela área no Ciudadanos, e com quem é coautor do livro Recuperar el futuro: Doce propuestas que cambiarán España (2015) (Recuperar o futuro: doze propostas que mudarão a Espanha). É licenciado em Economia pela Universidade de Barcelona, e possui um mestrado em Política Económica da Universidade de Columbia, nos EUA, e outro em Relações Internacionais da Universidade de Sussex, no Reino Unido. Possui um domínio perfeito do inglês e do francês, além do catalão e do espanhol e gere pessoalmente os seus perfis no Facebook, Twitter e Linkedin, apesar do partido possuir uma equipa de gestão de redes sociais.

Pelas suas funções no seio do partido, que coincidem com os seus interesses genuínos, dedica uma especial atenção aos assuntos relacionados com o mercado de trabalho, a educação e a conciliação laboral e familiar. No início de 2018, o Ciudadanos apresentou o seu programa económico, onde Roldán teve um papel importante, e no qual se abordavam estes e outros temas. Não é, portanto, de estranhar que as suas referências no mundo da política sejam provenientes da chamada Terceira Via, como Tony Blair e Schroeder, que levaram a cabo reformas similares às defendidas por Roldán para Espanha.

Desafios políticos do futuro na Espanha

A recente mudança de governo, com a saída do presidente Mariano Rajoy, representa uma mudança de nomes e de sensibilidade, mas ainda está por ver-se, se também representa realmente um ponto de inflexão decisivo para a resolução dos problemas de fundo do país.

A crise catalã permanece aberta, com a necessidade urgente de articular uma solução política que restaure a harmonia das relações entre a Catalunha e o resto da Espanha.

Por outro lado, também continuam ocultas as questões que levaram diversos setores da sociedade a sair às ruas, para pedir o aumento das pensões de reforma e para reclamar maior investimento na saúde pública. O contexto europeu não permite excessos de gastos e a Espanha está comprometida a equilibrar o deficit nos próximos anos. As expectativas são grandes, mas não se pode dizer que a situação tenha mudado em igual medida.

"Fará falta um grande sentido de liderança, tanto a nível político como orgânico, porque, numa época de grande transformação do mapa das preferências dos eleitores, não será fácil manter rumos estratégicos claros"

O que parece claro é que o debate político dos próximos anos girará em torno de duas questões principais: o conflito catalão e a melhoria das condições sociais, especialmente no que se refere à qualidade do emprego.

Quanto à primeira questão, é razoável esperar que se abra um debate sobre as possíveis soluções, como uma reforma da constituição espanhola pelo congresso dos deputados. Tudo indica que será mais fácil alcançar consensos entre as várias forças políticas quanto ao segundo tema.

É importante ter em consideração que o atual governo assume as suas funções a meio da legislatura e com o apoio de menos de 25 % da câmara, pelo que se respira já um ambiente pré-eleitoral.

Os líderes do futuro imediato de Espanha enfrentam uns anos propícios para o aparecimento de perfis de líderes marcadamente mais políticos do que técnicos. Prevêem-se campanhas eleitorais intensas, pelo que os dois blocos, conservadores e progressistas, se estão agora a reposicionar.

Por estes motivos, fará falta um grande sentido de liderança, tanto a nível político como orgânico, porque, numa época de grande transformação do mapa das preferências dos eleitores, não será fácil manter rumos estratégicos claros.

México

Ricardo Anaya Cortés

Candidato à presidência pelo México al Frente

A política mexicana nos últimos 80 anos tem girado à volta do Partido Revolucionário Institucional, e foi só durante as presidências de Vicente Fox (2000-2006) e de Felipe Calderón (2006-2012) que o Partido de Acción Nacional (PAN) conseguiu romper esse monopólio do poder. Agora, Ricardo Anaya quer voltar a surpreender a sociedade mexicana, e recuperar o governo para o seu partido, que tem vivido uns anos de grandes convulsões e divisões internas. Embora ainda esteja longe da melhor posição para as próximas eleições, o esquerdista Andrés Manuel López Obrador, já supera o PRI, colocando-se na terceira posição, o que deixará o PAN bem situado. Esta conquista e a sua juventude fazem de Cortés um dos mais prometedores políticos mexicanos da atualidade.

Nascido em Naucalpan de Juárez, em 1979, desde cedo conciliou os seus estudos em Direito na Universidade Autónoma de Querétaro com a atividade política. Com apenas 18 anos foi nomeado diretor do Instituto Municipal da Juventude de Querétaro, e três anos mais tarde apresentou-se nas listas eleitorais para deputado ao Congresso de Querétaro por uma das circunscrições mais difíceis para o PAN. Posteriormente ampliaria os seus estudos com um Mestrado em Direito Fiscal da Universidade del Valle do México e com um doutoramento em Ciências Políticas e Sociais pela UNAM. Entre 2003 e 2009, foi secretário particular do governador de Querétaro, Francisco Garrido Patrón, e, entre 2013 e 2014, exerceu o cargo de presidente da Mesa Diretiva da Câmara de deputados do Congresso Federal. Foi presidente do PAN de setembro de 2014 a janeiro de 2015, e de agosto de 2015 a dezembro de 2017, sendo atualmente candidato à Presidência da República por este partido.

Utilizador regular das principais redes sociais, domina o inglês e o francês falado e escrito. Mostra-se especialmente interessado na luta contra a corrupção, na modernização do tecido produtivo e da competitividade numa economia global que, segundo defende, oferece as melhores oportunidades ao México para reduzir o alarmante e elevado número de pobres. Defensor da economia liberal, procura atribuir maior peso à iniciativa privada e à sociedade civil, para o que vê como imprescindível a modernização do Estado. É um político essencialmente pragmático, sempre atento aos princípios que orientam a sua ação, qualidades que reconhece em Luis H. Álvarez, uma figura de destaque do PAN, por quem nutre grande admiração.

Ángel Ávila Romero

Secretário-geral do Partido da Revolução Democrática

Historicamente, o centro-esquerda e a esquerda mexicanos sempre estiveram representados no país asteca pelo Partido de la Revolución Democrática (PRD). Nele militou o atual candidato presidencial Andrés Manuel López Obrador, embora nunca tenha havido um presidente do país eleito unicamente por este partido. O mesmo se passará nas eleições de 2018, pois esta formação política concorrerá em coligação com o partido de centro-direita PAN, na plataforma 'Por México al Frente'. Não obstante, o PRD não abdica das suas posições de esquerda, e esse discurso é também assumido pelo atual Secretário-geral do partido, Ángel Ávila, que se confessa um admirador de José Mujica, ex-presidente do Uruguai e um ícone da esquerda latino-americana.

Licenciado em Ciências Políticas e da Administração Pública pela Universidade Nacional Autónoma do México, Ávila, onde foi conselheiro estudantil da universidade. Anteriormente, com apenas 16 anos, formou parte das Brigadas Sol do PRD. O seu ativismo político começa nas filas do PRD, como Dirigente Nacional de Juventudes de Izquierda (2008-2011). Em 2014 foi nomeado presidente do Conselho Nacional do Partido de la Revolución Democrática (PRD), cargo que abandonou a 9 de dezembro de 2017, ao ser nomeado Secretário-geral do partido.

É um utilizador habitual das principais redes sociais e mostra-se particularmente interessado na política interior mexicana. Em consonância com a decisão de concorrer em aliança com o PAN às eleições presidenciais, defende a necessidade de estabelecer um governo de coligação, pela primeira vez na história do país. Por esse motivo, o seu discurso político realça os valores do pluralismo e do respeito, sem diagnósticos catastróficos sobre o estado de saúde da democracia mexicana. Sem negar os problemas e os retrocessos sofridos em algumas matérias, pensa que o país está perante grandes oportunidades se for capaz de enfrentar uma modernização inclusiva.

Sylvana Beltrones

Candidata ao Senado pelo Partido Revolucionário Institucional

O Partido Revolucionário Institucional (PRI) regressou ao poder no México com Enrique Peña Nieto, que agora se prepara para abandonar o governo com preocupantes níveis de popularidade. Esta é a principal razão porque o PRI tem atualmente alguma dificuldade para conseguir reconectar com o grande público, apesar de ter sido um partido de massas durante mais de 80 anos. Nessa tarefa de reconstrução para os próximos anos destaca-se a figura de Sylvana Beltrones, filha de Fabio Manlio Beltrones, ex-governador de Sonora, ex-presidente das Câmaras de Deputados e de Senadores, e um dos homens fortes do PRI e antigo líder desta formação política. Nascida a 11 de agosto de 1982, em Obregón, Sylvana Beltrones apresenta-se agora como candidata a um lugar no Senado, pelo estado de Sonora.

Apesar da sua juventude, esta licenciada em Direito pela Universidade Ibero-americana acumula já uma relevante experiência política. De 2010 a 2011 foi Subsecretária de Estratégia e Difusão do comité Executivo Nacional do PRI, e de 2012 a 2014 exerceu as funções de Diretora de Gestão Estratégica do Fundo Nacional de Fomento do Turismo (FONATUR). De 2014 a 2015 ocupou os cargos de Secretária-geral adjunta da Executiva Nacional do PRI, e da Confederação Nacional de Organizações Populares. Em 2015 foi eleita deputada federal, cargo que exerceu desde essa data até 2018. Foi ainda Secretária da Comissão de Saúde e da Comissão de Turismo, e formou parte da Comissão do Comité do Centro de Estudos das Finanças Públicas e da Comissão de Direitos Humanos.

A atual candidata ao Senado e atual Secretária Adjunta do PRI, utiliza diariamente as redes sociais e centra a sua atenção num tema que se converteu na sua cruzada política particular: melhorar os tratamentos e as ajudas às mulheres afetadas pelo cancro da mama e pelo cancro do colo do útero, uma luta de que a sua mãe, Sylvia Sánchez, é uma referência pelo trabalho que realiza na Fundação Beatriz Beltrones. De um modo geral, Sylvana Beltrones dedica uma especial atenção aos assuntos relacionados com a melhoria das condições da mulher, num país em que ainda há muito caminho a percorrer nesta matéria.

Luisa Alcalde

Membro do Movimento de Regeneração Nacional

A esquerda mexicana teve e tem na figura de Andrés Manuel López Obrador um dos seus mitos vivos. As acusações de manipulação nas eleições presidenciais que perdeu contra o candidato do PAN, Felipe Calderón, originaram um movimento de protesto em que os jovens tiveram um papel destacado. Deste caldo de cultivo surgiram alguns dos líderes políticos mais recentes, como é o caso da ex-deputada federal Luisa Alcalde, nascida na Cidade do México em 1987, e licenciada em Direito pela Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM).

Situando-se claramente na esfera política da esquerda mexicana, Luisa Alcalde confessa a sua admiração pelo líder do Movimiento Regeneración Nacional (Morena), o mencionado ex-governador do Distrito Federal, López Obrador. As suas referências internacionais são duas figuras emblemáticas da esquerda latino-americana, Lula da Silva e Evo Morales, e o estadista sul-africano Nelson Mandela. Em 2011 exerceu o cargo de Coordenadora Nacional de Morena Jóvenes y Estudiantes.

Para Luisa Alcalde, que utiliza de maneira pessoal as redes sociais Facebook e Twitter, existem três aspectos fundamentais a modificar e a combater no México. Por um lado, a violência, que tem alcançado níveis tristemente alarmantes nos últimos anos. Em consonância com o seu interesse generalizado pelos temas que dizem respeito à juventude, insiste na necessidade de proceder a uma reforma educativa que aumente a qualidade e que garanta o acesso à educação pública. Por último, Alcalde menciona a importância da criação de emprego digno e de qualidade, capaz de contribuir para a redução dos níveis de pobreza e de desigualdade da sociedade mexicana, e para erradicar a atual situação de precariedade e de abuso laboral, que provoca um desinteresse generalizado por parte da população.

Pedro Kumamoto

Candidato independente ao Senado da República

Além da oposição de esquerda, representada por Morena, e da oposição de centro-direita na figura do PAN, o México tem conhecido, ao longo dos últimos anos, um ressurgir dos movimentos da sociedade civil, desafiando os partidos clássicos do xadrez político mexicano. Entre estes destaca-se a aposta pessoal de Pedro Kumamoto, um jovem licenciado em Gestão Cultural pelo Instituto Tecnológico e de Estudos Superiores de Ocidente (ITESO), nascido em Guadalajara, em 1990. Nas eleições de Jalisco de 2015 foi eleito deputado local do distrito 10, com sede em Zapopan, convertendo-se assim no primeiro candidato independente a conquistar um posto de governo no estado.

Proveniente da sociedade civil e mostrando alguma desconfiança perante os intervenientes clássicos da política, Kumamoto é um admirador do ex-presidente uruguaio José Mujica, e dos movimentos de protesto da sociedade civil, como Ocupa Wall Street, o que o situa dentro da chamada nova esquerda global. Não é, por isso, de estranhar que as suas prioridades políticas sejam uma melhor redistribuição da riqueza, acabar com os privilégios das elites políticas, e melhorar a educação, a saúde e os direitos laborais. Kumamoto insiste também na necessidade de lutar contra o desencanto político, que, afirma, é generalizado entre os jovens mexicanos, que crescem numa sociedade em que impera a corrupção, a violência e a falta de oportunidades.

Kumamoto é também candidato ao Senado por Jalisco, e aposta em conseguir levar a esta câmara federal os temas que fizeram dele, na política estatal, um dos líderes mais inovadores e mais reconhecidos: acabar com os "fueros", e melhorar a prestação de contas por parte dos gestores dos dinheiros públicos. O seu perfil forma parte da nova onda de outsiders da política que, sem abdicar dos valores da democracia e do compromisso social, desafiam os partidos clássicos, vistos como ferramentas antiquadas e pouco adaptadas às necessidades do século XXI.

Desafios políticos do futuro no México

A chegada de Donald Trump ao poder nos EUA fez disparar os alarmes no México. Por um lado, o discurso anti-imigração da administração norte-americana, e a ameaça de Trump de romper o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLCAN), afetam tanto a economia como a política deste país, com uma identidade muito marcada pelas relações bilaterais com o seu vizinho do norte. No aspeto económico, o México aprovou, durante os anos do mandato do presidente Enrique Peña Nieto (2012-2018), importantes reformas de liberalização dos setores das telecomunicações, e, sobretudo, da energia. A reforma do setor petrolífero significou a rutura do monopólio da empresa estatal PEMEX, e a entrada de investimento e de capital estrangeiro. Mas a verdade é que as expetativas de 2012 não se cumpriram, e à precariedade económica veio somar-se um aumento significativo dos níveis de violência no país, resultado da guerra dos cartéis que exploram o narcotráfico.

"Maior capacidade de chegar a acordos e, por sua vez, de os explicar. A sociedade mexicana desconfia da sua classe política e vê com receio um ambiente polarizado"

Esta mistura de orgulho nacional ferido, incerteza económica, precariedade social e violência disparada tem como efeito político imediato reforçar as opções do candidato da esquerda, Andrés Manuel López Obrador, que parece ter aberto o caminho para a presidência. Embora as promessas de campanha sejam habitualmente matizadas, uma vez no poder, López Obrador e o seu partido, Morena, prometeram a revisão dos contratos que o Estado assinou com determinadas companhias petrolíferas, bem como paralisar ou modificar projetos importantes, como o do novo aeroporto da Cidade do México. Nada parece estar claro quanto ao rumo que o país seguirá; no entanto, parecem suficientemente claras as prioridades que deverá afrontar o novo executivo.

Ao colocar-se cada vez a necessidade de introduzir o hábito de formar governos de coligação, por parte das principais forças políticas, serão especialmente valiosos os líderes com maior capacidade para alcançar acordos, e, também, para explicar os mesmos. A sociedade mexicana desconfia da sua classe política, e vê com receio qualquer tipo de concessão, num ambiente tão polarizado. Metade da população mexicana vive em situação de pobreza, pelo que será urgente tomar medidas para reduzir números persistentemente alarmantes. A redistribuição da riqueza e a luta contra a desigualdade serão importantes nos próximos anos, bem como a gestão de uma economia que enfrentará sérias dificuldades, se os EUA continuarem a apostar na sua política de aumento das taxas de juro. Por último, será necessária grande uma determinação e muita valentia para lutar contra a violência dos narcotraficantes, bem como para acabar com a sua infiltração corrupta nas estruturas do estado. Desafios enormes, que exigem o melhor dos talentos e muita sorte por parte dos futuros governantes.

Panamá

Annette Planells

Dirigente do MOVIN

Líder empresarial e cívica, Annette dirige o Movimento Independente (MOVIN), um movimento cívico comprometido com o país, que defende uma visão liberal com mais justiça social, maior transparência e menos corrupção, num país recentemente afetado por várias crises políticas. O Panamá tem estado no centro das atenções pela sua opacidade fiscal, o que mancha a qualidade da sua democracia e a sua reputação internacional.

Nascida em 1968, o seu perfil político surge na década de 1980, num país então submetido ao regime de terror do ditador Manuel Antonio Noriega. Em 1985, o assassinato do opositor Hugo Spadafora provocou grandes protestos estudantis, em que Planells também participou. Foi durante esses dias, relembra, que tomou consciência do que era uma ditadura, da importância dos valores da democracia, da justiça e da liberdade. É neste contexto que se explica a sua admiração pelo opositor Ricardo Arias Calderón, vice-presidente da democracia recuperada depois da derrocada do regime de Noriega. No panorama internacional, Annette Planells opta pelo exemplo de Nelson Mandela.

O MOVIN nasceu em 2014, num momento de crise política e em ano de eleições presidenciais, que deram a vitória a Juan Carlos Varela, tendo sido vice-presidente do país entre 2009 e 2014. A sua formação é ecléctica, tendo estudado Engenharia Eletrónica na Universidade de Santa María la Antigua, e frequentado posteriormente um Mestrado em Administração de Empresas no INCAE, na Nicarágua. Esta política, de grande carisma e de ideias liberais, é uma utilizadora regular das principais redes sociais e domina fluentemente o idioma inglês.

Iván Chanis

Presidente da Fundação Iguales

O percurso político de Iván Chanis sempre esteve muito ligado às personalidades históricas dos EUA, país em que desempenhou as funções de Conselheiro Legal e Político da Missão Permanente do Panamá junto da Organização dos Estados Americanos, em Washington DC, durante os anos da administração de Barack Obama. É precisamente pelo ex-presidente dos EUA que Chanis professa uma grande admiração na esfera internacional. No panorama político panamenho, a sua principal referência é o seu tio-avô, presidente do Panamá durante um curto período. Iván Chanis define-se como um americanista e um estudioso do legado de Simón Bolívar.

Nascido em 1983, estudou Direito e Ciências Políticas na Universidade Santa María la Antigua, completando posteriormente a sua formação com estudos de pós-graduação em Relações Internacionais, Diplomacia e Meios de Comunicação na Universidade Complutense de Madrid, realizando ainda um Mestrado em Estudos Gerais de Direito, com destaque para o Direito Internacional, na New York University School of Law, nos EUA. Iván Chanis possui ainda estudos complementares em Protocolo Diplomático e em Direitos Humanos. Além da sua carreira legal, o político acumula também uma extensa carreira diplomática como académico, com estudos não só nos EUA, mas também, durante períodos mais curtos, no Brasil e no Reino Unido, Itália e Espanha.

Os seus interesses centram-se na luta contra a corrupção, na luta por uma reforma educativa que dê mais poder à sociedade civil, e na melhoria da qualidade das instituições panamenhas. Além do espanhol, Chanis, que utiliza as principais redes sociais como um exercício político obrigatório, fala também inglês e italiano, e não oculta o seu desejo de ocupar em algum momento algum cargo institucional, em ministérios como o de Relações Exteriores, ou em organismos como o Parlamento Nacional.

Gabriel Silva

Pré-candidato a deputado no distrito 8-7

Entre os referentes políticos independentes do Panamá destaca-se a figura de Gabriel Silva, advogado, politólogo e pré-candidato a deputado pela Cidade do Panamá. Nascido em 1989, trabalhou como gerente regional da empresa de consultoria Procter & Gamble, e como assessor do Ministério do Comércio e da Indústria em Singapura, país do qual admira o seu grande reformador, Lee Kuan Yew. É licenciado em Direito e Ciências Políticas pela Universidade Santa María la Antigua, tendo obtido uma bolsa para realizar um Mestrado em Ensino Superior na mesma universidade. Posteriormente, obteve uma bolsa para um Mestrado em Política Pública na Universidade de Oxford, e uma bolsa Fullbright para realizar um Mestrado em Direito na Universidade de Columbia, em Nova Iorque.

No âmbito da política interna, Gabriel Silva admira o percurso do ex-presidente Guillermo Endara, que tomou posse em 1989 e ocupou o cargo até 1994, num país então destruído, com grande entrega e demonstrando um total desinteresse por se perpetuar no poder. Como figuras históricas, as suas referências são George Washington e Marco Aurélio, figuras históricas que, na sua opinião, obedeciam a um propósito superior às próprias personagens.

Silva é um utilizador habitual de Facebook, Twitter e Instagram e, graças à sua formação e experiência laboral, fala fluentemente inglês, e tem conhecimentos práticos de italiano. Como político pragmático e independente, os seus interesses são transversais, e incidem principalmente na luta contra a burocracia do estado, na aposta por uma reforma educativa, e na transformação judicial, para combater a corrupção, os patrocínios e os privilégios.

Desafios políticos do futuro no Panamá

Desde a queda do ditador Manuel Noriega, a vida política panamenha tem vivido num ambiente de tranquilidade e de relativa estabilidade, pelo menos se a compararmos com a situação dos seus vizinhos centro-americanos. A devolução do Canal do Panamá por parte dos EUA, em 1999, marcou uma etapa de soberania plena, num país que depende economicamente destas eclusas para o seu desenvolvimento económico. No entanto, nos últimos anos o Panamá tem vivido convulsões políticas inéditas, por diferentes motivos: por um lado, o atraso e os custos excessivos das obras de ampliação do Canal do Panamá, que quase conduziu a uma crise diplomática com Espanha, país de procedência da principal empresa concessionária. Em 2014, e contra todos os prognósticos, as eleições presidenciais deram a vitória ao vice-presidente e inimigo político do presidente, Juan Carlos Varela.

"Deverão possuir a habilidade requerida para reformar a situação de opacidade financeira e fiscal do Panamá. A diplomacia, o conhecimento técnico e a convicção de princípios, serão essenciais"

Desde então, também tiveram lugar outros acontecimentos significativos, como a inauguração das novas eclusas do Canal, mas, sobretudo, o escândalo dos Papéis do Panamá, uma revelação da imprensa internacional, que filtrou os dados de indivíduos e empresas internacionais que utilizavam o país do istmo para evadir impostos e ocultar capitais, o que gerou uma crise a nível nacional, que levou a uma reflexão nacional sobre os pilares do crescimento e da estabilidade do país, baseados na exploração do Canal, e um sistema financeiro opaco e favorável aos capitais de origem duvidosa. Ambos os acontecimentos conduziram a uma crise de reputação no Panamá.

Embora mantenha um perfil invejável na região, o Panamá necessita reinventar-se a médio e a longo prazo, para o que conta com boas condições de estabilidade e de desenvolvimento. A sua posição geográfica, a ampliação do Canal e os seus vínculos históricos com dois gigantes da região, como são os EUA e a Colômbia, colocam o país numa posição sem rival para procurar novas fontes de legitimidade e de riqueza. Qualquer político que pretenda intervir no futuro imediato do país centro-americano deverá demonstrar grandes aptidões diplomáticas, para estabelecer contactos exteriores com os seus principais vizinhos, e também com as principais companhias globais que utilizam o Canal do Panamá. Por outro lado, deverão possuir a habilidade requerida para reformar a situação de opacidade financeira e fiscal do Panamá, de forma gradual, até encontrar indústrias substitutivas. A diplomacia, o conhecimento técnico e a convicção de princípios, aliadas a uma visão do futuro a longo prazo, serão essenciais a qualquer dirigente que pretenda intervir na vida política do país.

Perú

Alberto de Belaúnde

Congressista da República

A configuração da política peruana é uma das que por mais transformações tem passado na região. O indulto presidencial concedido pelo presidente Pedro Pablo Kuczynski a Alberto Fujimori levou à queda do primeiro, acusado de subornar deputados fujimoristas. Alberto de Belaúnde, que era deputado do partido oficial Peruano pelo Kambio no momento do indulto, renunciou à sua filiação partidária, e exerce desde então o cargo de deputado independente, com um mandato que termina em 2021.

Nascido em Lima, no ano de 1986, a sua vocação política manifestou-se cedo, e o seu compromisso político consolidou-se com o final atroz do fujimorismo. Estudou Direito na Pontifícia Universidade Católica do Peru (PUCP), e completou um Mestrado em Governo e Gestão Pública pela Universidade de San Martín de Porres. Frequentou o Programa de Liderança para a Competitividade Global da Universidade de Georgetown, e é diplomado em Gestão Pública e Políticas Públicas pela PUCP, universidade onde leciona como professor contratado.

Fala fluentemente inglês, e administra os seus perfis pessoais nas principais redes sociais. De perfil progressista, admira a figura de Valentín Paniagua, único presidente nos últimos trinta anos que nunca viu questionada a sua ética política. No âmbito da política internacional refere o exemplo de Barack Obama e a sua capacidade para inspirar transformações sociais. A sua vocação política, que de momento quer continuar a exercer como deputado, centra-se nos direitos humanos e na promoção e reconhecimento dos direitos da comunidade LGTBI e de diversas minorias. O seu diagnóstico fala de um Peru mergulhado numa séria crise política e institucional, que requer reformas imediatas no sistema político e na justiça, e, a longo prazo, uma reforma educativa que proporcione verdadeira igualdade de oportunidades num país com níveis de exclusão alarmantes.

Mariana Alegre Escorza

Diretora Executiva da ONG Lima Cómo Vamos

A América Latina é conhecida, entre outras coisas, pelo caos das suas mega-urbes. Lima, a capital do Peru, é uma delas. No entanto, poucos foram os líderes que se destacaram pelo seu interesse pelo tema do ordenamento urbanístico. A advogada Mariana Alegre Escorza é uma destacada exceção. Embora se tenha especializado em direitos humanos, posteriormente realizou um Mestrado em Desenho e Planeamento de Cidades e Ciências Sociais. É uma apaixonada pelos fenómenos urbanos, pela mobilidade sustentável, os espaços públicos e a renovação urbana e a inserção social.

Mariana Alegre Escorza é atualmente a coordenadora-geral de Lima Cómo Vamos, um observatório cívico responsável pela medição da evolução da qualidade de vida na capital peruana. Além disso, é colunista no diário Peru 21 e coordenadora da Unidade de Gestão Social da Faculdade de Gestão e Alta Direção da Pontifícia Universidade Católica do Peru. Licenciou-se em Direito nesta universidade, frequentando depois um Mestrado em Desenho e Planeamento de Cidades e Ciências Sociais na London School of Economics, graças a uma bolsa Chevening. Admira o seu avô, o escritor Manuel Scorza, que não conheceu, mas que representa para ela um estímulo constante, através das suas obras. No plano internacional, e centrando-se nos temas urbanísticos, destaca a figura da professora Jane Jacobs, que lidera a promoção de cidades mais compactas e de carácter mais comunitário.

É uma utilizadora assídua das redes Facebook e Twitter, e domina o inglês e um pouco de catalão, como resultado do intercâmbio de um ano que desfrutou em Barcelona. As suas prioridades políticas centram-se no melhoramento das instituições nacionais, na luta contra a corrupção, na reforma do modelo de educação pública e, também, na luta pela implementação de medidas a favor de um desenvolvimento urbano sustentável. Embora não descarte a sua futura implicação em outros processos e a possibilidade de vir a ocupar cargos públicos, admite que a situação política lhe produz algum desânimo, quando se trata de dar esse passo.

Bruno Monteferri

Diretor da ONG Conservamos por Naturaleza

O Peru é um país com uma natureza rica e diversificada, com zonas desérticas e a selva amazônica. Mas até agora, nenhum dos seus líderes se destacou especialmente na luta pela preservação do meio ambiente. Uma nova geração de líderes globais veio paliar essa carência, e, entre estes, destaca-se a pessoa de Bruno Monteferri. Nascido em 1982, é um advogado ambientalista, que frequentou estudos de especialização em Barcelona. Possui um Master em Conversation Leadership da Universidade de Cambridge, no Reino Unido. Fala fluentemente espanhol e inglês, e possui conhecimentos de alemão.

A sua filosofia política está centrada nos temas meio ambientais, ao ponto de ter manifestado a sua intenção de, a médio prazo, se trasladar a viver na região amazónica. Entre os líderes peruanos que lhe servem de inspiração, destaca o trabalho dos advogados Pedro Solano e Jorge Cayo, e, no âmbito internacional, o de Edward Wilson, um dos representantes destacados da biofilia, e "inventor" da biodiversidade. Monteferri utiliza as redes sociais com cautela, e considera que estas servem para unir e que têm um papel a desempenhar, se utilizadas com capacidade crítica.

Defende a necessidade de reformar a configuração do Peru, pondo fim, em primeiro lugar, a um centralismo que mantém segregadas e desatendidas as regiões do país mais afastadas, que resultam indiferentes ao poder central de Lima. Em segundo lugar, defende a necessidade de reduzir a contaminação e, por último, de pôr fim à desflorestação e ao abate indiscriminado de árvores, à queima dos bosques e à extração abusiva de outros recursos naturais. Não descarta a sua potencial participação futura em algum gabinete, mas o seu trabalho a curto e a médio prazo centra-se no fortalecimento da consciência social face aos problemas meio ambientais do país.

Daniella Raffo

Diretora da Aporta Desarrollo Sostenible, laboratório de inovação social do Grupo Breca

A exclusão social é um dos defeitos da América Latina, e a educação universal e de qualidade é um dos objetivos que ainda estão longe de serem alcançados. Melhorar os rácios neste setor é a tarefa a que se dedica há muitos anos Daniella Raffo, nascida em 1983, e atualmente diretora geral de Aporta, o laboratório de inovação social do Grupo Breca. Foi uma das fundadoras, em 2009, de Enseña Peru, uma organização dedicada ao impulso da educação e ao desenho e implementação de estratégias sociais para terminar com a exclusão do sistema educativo de grandes setores da população do país.

Além disso, foi fundadora de Laboratorio +51, uma unidade de inovação social da Presidência do Conselho de Ministros. Até abril de 2018 trabalhou como consultora para a Coordenação da Inovação do Gabinete de Cumprimento do Governo, e de Inovação Setorial da Presidência do Conselho de Ministros. Possui um MBA da Universidade de Stanford, nos EUA, e frequentou um curso de intercâmbio em Itália, enquanto se licenciava em Administração e Direção de Empresas na Universidade do Pacífico. Além do espanhol, domina o inglês, o italiano e o francês.

É uma utilizadora habitual do Twitter para comunicar assuntos profissionais e políticos, e do Instagram como uma rede de uso mais pessoal. A sua vocação política nasceu com a sua passagem pela universidade e consolidou-se durante a sua formação em Stanford. As suas referências políticas são figuras mundiais vinculadas ao setor da educação, como Paul Polak, de IDE, e Jaqueline Novogratz, de Acumen Fund. No mundo corporativo, uma das suas referências é Paul Polman, de Unilever. Além de uma reforma da educação para garantir uma formação mais inclusiva e sólida, Daniella Raffo defende a necessidade de mudar a mentalidade de curto prazo dos decisores políticos do país, e de profissionalizar a administração e os serviços públicos.

Desafios políticos do futuro no Perú

A recente demissão do presidente Pedro Pablo Kuczynski perante a ameaça da sua destituição, veio sacudir novamente o panorama político peruano. O escândalo da compra de votos da oposição para evitar um primeiro julgamento político, revelou uma prática que lhe custou o cargo a um presidente eleito há menos de um ano, unindo os votos contra o fujimorismo. Durante o seu curto mandato, Kuczynski ainda teve tempo para indultar o ex-presidente Alberto Fujimori, o que provocou um enorme escândalo, e a rutura com os seus aliados de governo. A sua substituição pelo vice-presidente, Martín Vizcarra, veio trazer alguma calma ao país, mas a vida política peruana vive num clima de permanente instabilidade.

"Os próximos líderes do Peru terão que enfrentar uma transição política importante, para reconstruir os consensos básicos de um sistema muito desprestigiado"

É importante recordar que passaram pela prisão, ou que se encontram em busca e captura, os ex-presidentes Ollanta Humala e Alejandro Toledo, e Alan García e o próprio Kuczynski são suspeitos de terem recebido subornos da construtora brasileira Odebrecht. Todos eram governantes escolhidos numa segunda volta, para travar o fujimorismo, hoje dividido pelo escândalo da compra de votos no congresso. No entanto, as vitórias foram conseguidas com margens muito pequenas, à medida que o fujimorismo foi ficando mais moderado, e com os ex-presidentes todos alcançados pela sombra da corrupção, de modo que já não existem garantias de que o fujimorismo consiga chegar novamente ao poder nas próximas eleições presidenciais previstas para 2021.

No entanto, a grande diferença em relação ao Peru das décadas de 1980 e 1990, é que esta instabilidade política tem como relato de fundo uma razoável estabilidade, e o consenso económico. Afastada a hiperinflação, os próximos líderes do Peru terão que enfrentar uma transição política importante, para reconstruir os consensos básicos de um sistema muito desprestigiado. E poderão fazê-lo num contexto económico muito melhor do que o de outros momentos. O próprio fujimorismo assumiu os princípios básicos do funcionamento da economia peruana, que aposta agora na sua abertura ao mundo, em atrair os investimentos e em incrementar as exportações. Por isso, os políticos do futuro imediato deverão ter um grande peso político e uma grande capacidade para chegar a acordos, e para os explicar às suas bases eleitorais, contrariando a ideia de traição amplamente enraizada no país, que atualmente persegue qualquer compromisso político. Uma tarefa complicada, embora não tanto como em outras ocasiões.

Portugal

Adolfo Mesquita Nunes

Vice-presidente do CDS-PP

Em Portugal, a direita e o centro-direita encontram-se agrupadas, principalmente, em dois partidos políticos, que pertencem ao grupo do Partido Popular Europeu. O Partido Social Democrata (PSD) é o maior dos dois, tendo já governado em diversos períodos da história recente do país. O sócio menor é o CDS-PP, ideologicamente situado um pouco mais à direita, e funcionando ocasionalmente como fiel da balança das maiorias conservadoras. Atualmente governado pelo Partido Socialista (PS), o país luso enfrenta eleições parlamentares em 2019. Adolfo Mesquita é o responsável por dirigir a preparação do programa eleitoral do CDS, um processo em que espera afirmar a posição de Portugal num mundo e numa economia globalizados, em que impera a liberdade de circulação, condições únicas para garantir o desenvolvimento. Em 2011 foi eleito deputado do parlamento português e entre 2013 e 2015 exerceu as funções de Secretário de Estado do Turismo no Ministério da Economia.

Para elaborar o programa do partido, Adolfo Mesquita contará com a opinião de especialistas de diferentes áreas - empresários, cientistas, investigadores – como os que encontrou quando formou parte da iniciativa "European Young Leader 40 under 40", embora já tenha ultrapassado essa idade, uma vez que nasceu em 1977. Este advogado é um prometedor líder do centro-direita, que admira Margaret Thatcher pela sua determinação na implantação de decisões difíceis e de um programa de liberalização e de abertura económica, e o português Francisco Lucas Pires, ex-ministro de Cultura e Coordenação Científica pelo seu partido, de quem destaca também a sua valentia e a sua luta por uma sociedade aberta, e por ter liderado uma corrente de tendência liberal-conservadora, pioneira no país. O seu interesse político está centrado na preparação do tecido produtivo do país, preparando-o para a revolução digital, e em melhorar a competitividade da economia portuguesa perante a globalização.

Adolfo Mesquita iniciou a sua carreira política em 2003, como assessor jurídico do secretário de Estado da Segurança Social. Em 2004 exerceu as funções de chefe de gabinete do ministro de Planeamento Ambiental e Espacial. Utiliza o Facebook na sua atividade política, preferindo o Twitter e o Instagram para os assuntos mais pessoais. Ao longo da sua carreira política destaca-se o seu papel na política nacional como vice-presidente do CDS, e a nível local, como vereador no município da Covilhã, a sua terra natal, onde conseguiu um resultado de destaque nas últimas eleições, numa cidade que historicamente sempre tinha virado as costas ao seu partido. Por outro lado, a sua experiência no mundo da empresa privada é igualmente destacável. É sócio, desde 2016 da Gama Glória, uma empresa que integra conhecimentos de direito, estratégia e políticas públicas que presta serviços de assessoria a empresas e governos.

Carlos Moedas

Comissário europeu da Investigação, Ciência e Inovação

O Partido Social Democrata (PSD) é a principal formação política de centro-direita portuguesa a que pertenceu José Manuel Durão Barroso, ex primeiro-ministro e ex-presidente da Comissão Europeia. Foi ao PSD e ao ex primeiro-ministro Pedro Passos Coelho que coube a tarefa de implementar um resgate europeu, que implicou rigorosos recortes e sacrifícios. Ambos os políticos são, pela sua determinação, referências políticas a nível nacional e internacional para Carlos Moedas, que exerce desde 2014 as funções de Comissário Europeu de Investigação, Ciência e Inovação. Outras referências do político são o ex-presidente da Comissão Europeia Jacques Delors e ainda Simone Veil e Madeleine Albright.

Embora a sua vocação política tenha sido algo tardio, Carlos Moedas alcançou rapidamente funções de grande responsabilidade. Em 2011 fez parte do grupo de trabalho do PSD, responsável pela elaboração do programa de ajuste financeiro que a Tróica formada pelo FMI, pela Comissão Europeia e pelo Banco Central Europeu, aplicou em Portugal entre 2011 e 2014. Foi deputado do PSD pelo distrito de Beja, e ocupou o cargo

de Secretário de Estado Adjunto do Primeiro Ministro encarregado da supervisão do programa de ajustes até 2014, ano em que assumiu a carteira europeia. Estudou Engenharia Civil no Instituto Superior Técnico de Lisboa, e possui um MBA da Escola de Negócios de Harvard.

Carlos Moedas domina o inglês, o francês e o espanhol, e utiliza em equipa as principais redes sociais como uma maneira de proporcionar maior transparência à sua agenda política. As suas três prioridades são preparar as novas gerações para a revolução digital, através de uma reforma profunda do sistema educativo, a luta contra a desigualdade, e desenvolver uma visão estratégica que acabe com o partidarismo de trincheiras, principal obstáculo à implantação das grandes transformações. Embora seja um político com uma origem tecnocrática, a sua carreira foi-se transformando progressivamente nos últimos anos, até se converter numa das referências do PSD.

Mariana Mortágua

Deputada do Bloco de Esquerda

O governo português, socialista e em minoria, conta com o apoio parlamentar do Partido Comunista Português e do Bloco de Esquerda, partido a que pertence Mariana Mortágua, nascida na vila de Alvito, em 1986. A sua posição política é clara, num país que sofreu os rigores do resgate europeu, e por isso não é estranha a sua oposição frontal aos programas de ajuste, e o facto de considerar como ilegítima parte da dívida portuguesa. Sobre estes temas, Mortágua tem publicados vários livros, junto com o co-fundador do seu partido, Francisco Louçã. Atualmente é deputada à Assembleia da República, destacando-se no parlamento pelas suas intervenções na comissão de investigação sobre a polémica gestão do Banco Espírito Santo.

Mariana Mortágua possui uma licenciatura e um Mestrado em Economia no Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE) e realiza atualmente um Doutoramento sobre a crise da dívida. É colaboradora habitual dos jornais Expresso Online e Jornal de Notícias. Apesar de se revelar muito crítica com as redes sociais, utiliza as mais habituais em Portugal como canais de informação, mais do que de opinião. Mortágua é igualmente crítica com o excessivo culto da personalidade, e elogia o funcionamento menos formal e mais horizontal do Bloco de Esquerda, em comparação com outras organizações políticas. É este um dos motivos pelo qual lhe é difícil escolher um líder português ou internacional como referente.

Crítica para com a globalização económica e financeira da sociedade atual, a sua prioridade política é a reforma do mercado laboral e o combate contra a crescente precarização do mercado do trabalho. Defende uma maior intervenção do estado nos serviços públicos, bastante degradados depois de muitos anos de cortes e de austeridade. Na sua opinião, é preciso acabar com a falsa ideia de que investir nos serviços públicos é sinónimo de deficit ou de descontrolo das contas públicas. Por último, Mortágua considera urgente recuperar o controlo dos setores estratégicos: rede elétrica, infraestruturas de produção e de transporte da energia, aeroportos, serviços de correios, todos eles atualmente privatizados e nas mãos de capitais estrangeiros.

Desafios políticos do futuro em Portugal

O país foi um dos mais castigados pela crise financeira e de endividamento, que se iniciou em 2007. O resgate europeu foi conduzido pelo governo do Partido Social Democrata (PSD), do centro-direita, liderado por Pedro Passos Coelho, embora tenha sido solicitado pelo governo do seu predecessor, do Partido Socialista (PS). A crise teve profundas consequências para a autoestima do país, e nas eleições de 2015 o PSD não conseguiu alcançar a maioria absoluta, dando assim aos socialistas, liderados pelo atual primeiro-ministro, António Costa, a possibilidade de formar governo com o apoio externo do Partido Comunista Português (PCP) e do Bloco de Esquerda (BE), com uma mensagem contra a austeridade imposta pela União Europeia, e que o seu predecessor aplicou com rigor.

"Portugal enfrenta ainda um sério problema de competitividade. Os seus principais entraves são de origem económica, ao tratar-se, politicamente, de um país estável e respeitador"

Desde então, Portugal tem sido visto como um exemplo de alternativa ao rigor da austeridade, sem que tenha por isso deixado de cumprir com os objetivos de redução do deficit. O ministro das finanças do governo socialista foi, inclusive, nomeado presidente do Eurogrupo, o clube informal dos países que compartem a moeda única comunitária. De alguma forma, Portugal está na moda, o que se reflete também nas suas conquistas na área do turismo, que tem vindo a disparar, e no aumento significativo da compra de habitação residencial por parte de cidadãos estrangeiros, alguns dos quais bem conhecidos do público.

Não obstante, Portugal enfrenta ainda um sério problema de competitividade. Os seus principais entraves são de origem económica, ao tratar-se, politicamente, de um país estável e respeitador. Assim, os líderes do futuro imediato deste país devem possuir sólidos conhecimentos técnicos e uma grande capacidade de influência junto da União Europeia, a instituição supranacional em que residem as competências essenciais para o desenvolvimento do setor exterior e da competitividade da indústria nacional. O futuro de Portugal joga-se na UE, especialmente se deixarem de soprar os ventos de popa do Banco Central Europeu. De momento, o país conta com vários elementos em importantes postos do poder comunitário. É aqui que os seus políticos deverão procurar posicionar-se e exercer a sua influência.

República Dominicana

Faride Raful

Deputada do Partido Revolucionário Moderno

O panorama político dominicano sofreu uma reviravolta em 2014, quando uma cisão no histórico Partido Revolucionário Dominicano (PRD) deu lugar ao Partido Revolucionário Moderno (PRM), formação que obteve 35% dos votos nas eleições presidenciais de 2016 e um digno segundo lugar. A esta formação pertence Faride Raul, nascida em 1979, em Santo Domingo. Nessas eleições conquistou o seu atual lugar de deputada nacional, sendo eleita como a deputada mais votada do Distrito Nacional. No parlamento, a sua atividade tem-se destacado na fiscalização da corrupção, especialmente nos casos relacionados com o setor da eletricidade.

De formação jurídica, é licenciada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica Madre, e especialista em Direito da Informação, Direito de Autor e Direitos Conexos pela Universidade de Salamanca (Espanha) e pela Universidade de Los Andes (Venezuela). Posteriormente, obteve um Mestrado em Telecomunicações e Tecnologias da Informação na Universidade Carlos III. Esta qualificação está intimamente relacionada com outra das suas vocações e profissões, pois Raful é também comunicadora e jornalista, e tem participado como apresentadora e analista em programas como Oye País, Enfoque final e Contrarreloj. Atualmente produz e apresenta o programa de rádio Sin Tacones ni Corbatas. É uma utilizadora entusiasta e habitual das principais redes sociais.

A sua progressão na política, no seio do PRM, tem sido muito rápida. Ainda como membro do PRD, coordenou, em 2012, a campanha nacional do candidato Hipólito Mejía, convertendo-se na primeira mulher, a nível nacional, a assumir estas funções. Na última convenção ordinária interna da sua formação política, foi eleita Vice-presidente Nacional, sendo a dirigente mais votada entre as mulheres em todo o país. Tanto pelo seu papel legislativo como orgânico, as suas prioridades são três: denunciar a política de endividamento e a falta de controlo da despesa pública, acabar com a impunidade e com a injustiça social, e a modernização dos conteúdos da educação pública do estado.

Jean Alain Rodríguez

Procurador-Geral da República

Entre os altos cargos da República Dominicana destaca-se o nome de Jean Alain Rodríguez, que exerce atualmente as funções de Procurador-Geral da República. Foi nomeado em 2016 pelo atual presidente, Danilo Medina, em cuja campanha presidencial desempenhou um importante papel político de coordenação e apoio. Alain Rodríguez foi, em geral, muito ativo em todas as eleições presidenciais desde 1996. Nascido em Santo Domingo, em 1975, cedo se iniciou na militância política, no partido fundado por Juan Bosch, o seu principal modelo de serviço público pela sua liderança, convicção e visão inovadora.

Licenciado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica Madre y Maestra (PUCMM), frequentou posteriormente três Mestrados em Direito na Universidade da Sorbonne, em Paris, La Sapienza, em Roma, e na Escola Superior de Administração Pública de Roma, incluindo um Mestrado em Direito Penal da Administração Pública. Foi professor catedrático de Direito em diversas faculdades. Além do espanhol, domina também o inglês, o francês e o italiano. Não obstante o facto de ocupar um cargo politicamente sensível, o seu compromisso com a inovação leva-o a ser um utilizador assíduo das principais redes sociais.

Antes de ser designado Procurador-Geral da República, ocupou os cargos de Secretário de Estado e Diretor Executivo do Centro de Exportação e Investimento da República Dominicana (2012-2016), assessor legal da Direção-Geral de Aduanas (2004-2005), do Instituto Dominicano das Telecomunicações (INDOTEL) (2004-2009), e do Ministério de

Turismo (2004–2006), tendo também sido advogado auxiliar da Procuradoria Fiscal do Distrito Nacional (1997), juiz suplente e membro da Junta Eleitoral do Distrito Nacional (2010-2012). Como prioridades para o seu país, insiste na necessidade de melhorar a educação e o acesso à tecnologia por parte dos cidadãos, na urgência de implementar iniciativas que apoiem o desenvolvimento da empresa privada, e de fortalecer o sistema de justiça para lutar de maneira mais eficaz contra a criminalidade e contra a corrupção.

Andrés Navarro

Ministro da Educação da República Dominicana

De outra cisão prévia do PRD, nasceu em 1973 o Partido de la Liberación Dominicana (PLD), a que pertence o atual Presidente da República. No seu gabinete trabalha Andrés Navarro, Ministro da Educação desde 2016, depois de dois anos ocupando a pasta de Relações Exteriores. Nascido em Bonao, na República Dominicana, em 1964, Navarro possui formação superior em Arquitetura pela Universidade Autónoma de Santo Domingo, formação que completaria com estudos em Urbanismo na Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM), e com outros cursos em Medellín, Cidade da Guatemala, Bogotá, Quito, e na Universidade Complutense de Madrid. Em 2002, e seguindo a sua vocação política, frequentou estudos em Governo e Políticas Públicas na Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (FLACSO).

A sua formação permitiu-lhe exercer as funções de coordenador de diversos planos urbanísticos, como o de Gestão e Ordenamento Territorial da Cidade de Santo Domingo de Guzmán, em 2008. Como escritor, tem publicado vários livros sobre esta matéria, convertendo-se num dos grandes especialistas regionais. As suas referências políticas são conhecidas pela sua atividade em geral. É o caso de Juan Bosch, fundador do seu partido, e de monsenhor Arnulfo Romero, com quem partilha uma sensibilidade social-cristã, importante para explicar a sua atividade pública. Além do seu espanhol nativo, também tem conhecimentos de inglês.

De perfil moderado e progressista, a sua prioridade, além de gerir e melhorar a educação pública desde o ministério de que é titular, centra-se em fortalecer o tecido institucional do país, em mudar a mentalidade de curto prazo, substituindo-a por uma visão a longo prazo que permita uma maior planificação, e em refinar a relação com o território nacional, para um tratamento socialmente responsável, economicamente benéfico, ecologicamente sustentável, e politicamente democrático.

Karen Ricardo

Deputada do Partido da Liberação Dominicana

No Partido de la Liberación Dominicana (PLD), atualmente no poder, destaca-se também a deputada Karen Ricardo. Apesar da sua juventude (nasceu em Santo Domingo, em 1975), é deputada no Congresso Nacional pela primeira circunscrição da província de Santo Domingo, desde 2006, desempenhando atualmente o seu terceiro mandato consecutivo, depois da sua reeleição em 2016. O seu ativismo político é compatível com uma sólida formação. Advogada pela Universidade Autónoma de Santo Domingo (USAD), possui um Mestrado em Administração do Estado pela Universidade de Cádiz. Diplomada do Programa de Liderança para a Gestão Pública, da BARNA Management School, em conjunto com a Universidade de George Washington, dos EUA, possui uma pós-graduação em Direito Civil pela UASD e frequentou um curso de especialista em Propriedade Industrial e Intelectual no Brasil.

O seu trabalho político centra-se na juventude. No parlamento, presidiu a Comissão Permanente da Juventude e a Comissão Bi-câmara, que estudou o projeto de Partidos e Agrupações Políticas, e da Junta Central Electoral, além de participar ativamente nas comissões de Turismo, Desporto, Igualdade de Género e Meio Ambiente. É uma das proponentes do Projeto de Lei sobre Estágios Juvenis e Primeiro Emprego, que tem como objetivo promover o desenvolvimento socioeconómico e humano da juventude dominicana, facilitando a sua incorporação no mercado laboral e no sistema produtivo nacional. Entre as suas iniciativas mais recentes encontra-se "Quiero Empoderarte República Dominicana", que propõe a criação de um espaço que permita a inter-relação direta entre cidadãos e legisladores nos processos de apresentação de projetos, além de impulsionar o fortalecimento da cidadania.

De carácter conciliador e de convicções firmes, é uma utilizadora habitual das principais redes sociais, e tem como referentes nacionais o fundador do seu partido, Juan Bosch, e o ex-presidente Joaquín Balaguer. No plano internacional, a sua principal referência é Madre Teresa de Calcutá, talvez devido à inicial vocação religiosa de serviço público da atual deputada que, finalmente, canalizaria através do direito e da política.

Desafios políticos do futuro na República Dominicana

No contexto regional, a República Dominicana é um dos países mais estáveis e com melhores perspetivas económicas, especialmente se tivermos em conta que partilha território com o Haiti, um dos países mais pobres e degradados do continente. O seu crescimento económico será inferior ao de anos anteriores, mas, ainda assim, o rácio de crescimento ultrapassará os 4 % nos próximos trimestres. Além disso, a taxa de pobreza do país que ainda ultrapassa os 30%, continuará a diminuir. Politicamente, o país também desfruta de alguma estabilidade. As eleições de 2012 deram a vitória a Danilo Medina, do Partido de la Liberación Dominicana (PLD), reeleito em 2016. Outro presidente do mesmo partido, Leonel Fernández, tinha governado o país entre 2004 e 2008.

"Será necessário um crescimento capaz de assegurar uma maior e melhor distribuição da riqueza produzida. Se impõe uma visão social que mantenha a estabilidade política e sirva de prevenção contra os ideários políticos extremistas"

Os desafios que o político do futuro imediato na República Dominicana enfrenta estão relacionados com a redução da pobreza, hoje em dia ainda alta, e com uma distribuição mais inclusiva da riqueza, que permita reduzir os níveis de desigualdade. Por outro lado, devido à sua situação geográfica, numa zona fustigada por furacões e outros fenómenos extremos, o país é mais vulnerável do que outros aos fenómenos provocados pela transformação climática. Nos próximos anos, a República Dominicana deverá enfrentar uma profunda renovação ao nível das suas infraestruturas básicas de abastecimento de eletricidade e de água, motivada não só pelos fenómenos naturais, mas também pela necessidade de tornar mais sustentável o crescimento das suas principais indústrias como o turismo, e para garantir ainda o abastecimento da indústria agropecuária e de manufaturação.

Devido ao facto de que a sua economia ainda mantém um elevado nível de endividamento, a República Dominicana ainda é vulnerável aos shocks externos, num contexto regional propício aos mesmos, com a subida das taxas de juro nos EUA, e com uma guerra comercial à vista. Por este motivo, os líderes dos próximos anos deverão apostar na diplomacia económica no continente, e pôr um plano de infraestruturas capaz de proporcionar estabilidade ao modelo económico. Para isso, e na sequência do que atrás foi dito, será de grande importância desenvolver o investimento, proporcionando ao mesmo o necessário contexto de segurança jurídica. Por último, será necessário um crescimento capaz de assegurar uma maior e melhor distribuição da riqueza produzida, pelo que se impõe uma visão social que mantenha a estabilidade política e sirva de prevenção contra os ideários políticos extremistas, que conquistaram terreno noutros países da região.

Gestão de Reputação, Comunicação e Assuntos Públicos

Lideres em Espanha, Portugal e na América Latina

A LLORENTE & CUENCA é a **consultora de gestão de reputação, comunicação e assuntos públicos líder em Espanha, Portugal e na América Latina**. Conta com **21 sócios e mais de 500 profissionais**, que prestam serviços de consultoria estratégica a empresas de todos os setores de atividade com operações dirigidas ao mundo de língua espanhola e portuguesa.

Atualmente, a LLORENTE & CUENCA tem escritórios na **Argentina, Brasil** (São Paulo e Rio de Janeiro), **Colômbia, Chile, Equador, Espanha, Estados Unidos** (Miami, Nova York e Washington, DC), **México, Panamá, Peru, Portugal e República Dominicana**. Está presente também em Cuba e oferece ainda os seus serviços através de empresas afiliadas na Bolívia, Paraguai, Uruguai, Venezuela, Costa Rica, Guatemala, Honduras, El Salvador e Nicarágua.

As duas publicações líderes do sector posicionam a LLORENTE & CUENCA entre as empresas de comunicação mais importantes do mundo. É a 44.ª em termos de receitas a nível mundial, segundo a Global Agency Business Report 2018 da PRWeek, e ocupa a 49.ª posição do Ranking Global 2018 elaborado pelo The Holmes Report.

Entre os reconhecimentos obtidos pelos resultados para a reputação e o negócio dos seus clientes, destaca-se o de Melhor Agência do Ano 2017, segundo o ranking do "El Publicista" (meio especializado), e o premio como **Agência do Ano na América Latina** (Latin American Excellence Awards 2017).

Equipa de especialistas

Joan Navarro é licenciado em Sociologia pela UNED, é Sócio e Vice-presidente de Assuntos Públicos de LLORENTE & CUENCA. Possui um PDG do IESE-Universidade de Navarra, e é especialista em Comunicação Política e em Assuntos Públicos. De 2004 a 2007 foi Diretor do Gabinete do Ministro das Administrações Públicas, e em 2010 foi reconhecido como uma das 100 pessoas mais influentes do país pela revista El País Semanal. Fundador do foro +Democracia, entidade que promove a necessidade de transformações institucionais para melhorar o funcionamento democrático, Joan Navarro exerce a sua atividade docente em vários centros universitários, e é membro da secção espanhola do Strategic and Competitive Intelligence Professional (SCIP) e colaborador do jornal diário El País.

jnavarro@llorenteycuenca.com

Na elaboração deste estudo, participaram as áreas de Assuntos Públicos dos escritórios da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Espanha, México, Panamá, Perú, Portugal e República Dominicana da LLORENTE & CUENCA

www.llorenteycuenca.com

DIREÇÃO CORPORATIVA

José Antonio Llorente
Sócio fundador e presidente
jallorente@llorenteycuenca.com

Enrique González
Sócio e CFO
egonzalez@llorenteycuenca.com

Adolfo Corujo
Sócio e diretor geral corporativo de Talento, Organização e Inovação
acorujo@llorenteycuenca.com

Carmen Gómez Menor
Diretora Corporativa
cgomez@llorenteycuenca.com

DIREÇÃO AMÉRICAS

Alejandro Romero
Sócio e CEO Américas
aromero@llorenteycuenca.com

Luisa García
Sócia e COO América Latina
lgarcia@llorenteycuenca.com

José Luis Di Girolamo
Sócio e CFO América Latina
jldgirolamo@llorenteycuenca.com

Antonieta Mendoza de López
Vice-presidente da Advocacy LatAm
amendozalopez@llorenteycuenca.com

DIREÇÃO DE TALENTO

Daniel Moreno
Diretor de Talento
dmoreno@llorenteycuenca.com

Karla Rogel
Diretora de Talento para a Região Norte
krogel@llorenteycuenca.com

Marjorie Barrientos
Diretora de Talento para a Região Andina
mbarrientos@llorenteycuenca.com

Laureana Navarro
Diretora de Talento para a Região Sul
lnavarro@llorenteycuenca.com

ESPANHA E PORTUGAL

Arturo Pinedo
Sócio e diretor geral
apinedo@llorenteycuenca.com

Goyo Panadero
Sócio e diretor geral
gpanadero@llorenteycuenca.com

Barcelona

María Cura
Sócia e diretora geral
mcura@llorenteycuenca.com

Muntaner, 240-242, 1º-1ª
08021 Barcelona
Tel. +34 93 217 22 17

Madrid

Joan Navarro
Sócio e vice-presidente
Assuntos Públicos
jnavarro@llorenteycuenca.com

Amalio Moratalla
Sócio e diretor sénior Desporto e Estratégia de Negócio
amoratalla@llorenteycuenca.com

Iván Pino
Sócio e diretor sénior digital
ipino@llorenteycuenca.com

Jordi Sevilla
Vice-presidente de Contexto Económico
jsevilla@llorenteycuenca.com

Claudio Vallejo
Diretor sénior Latam Desk
cvallejo@llorenteycuenca.com

Lagasca, 88 - planta 3
28001 Madrid
Tel. +34 91 563 77 22

Impossible Tellers

Ana Folgueira
Diretora geral
ana@impossibletellers.com

Lagasca, 88 - planta 3
28001 Madrid
Tel. +34 91 438 42 95

Cink

Sergio Cortés
Sócio. Fundador e presidente
scortes@cink.es

Muntaner, 240, 1º-1ª
08021 Barcelona
Tel. +34 93 348 84 28

Lisboa

Tiago Vidal
Sócio e diretor geral
tvidal@llorenteycuenca.com

Avenida da Liberdade nº225, 5º Esq.
1250-142 Lisboa
Tel. + 351 21 923 97 00

EUA

Erich de la Fuente
edelafuente@llorenteycuenca.com

Miami

Erich de la Fuente
Sócio e diretor geral
edelafuente@llorenteycuenca.com

600 Brickell Ave.
Suite 2020
Miami, FL 33131
Tel. +1 786 590 1000

Nova Iorque

Gerard Guiu
Diretor de Desenvolvimento de Negócios Internacionais
gguiu@llorenteycuenca.com

Abernathy MacGregor
277 Park Avenue, 39th Floor
New York, NY 10172
Tel. +1 212 371 5999 (ext. 374)

Washington, DC

Ana Gamonal
Diretora
agamonal@llorenteycuenca.com

10705 Rosehaven Street
Fairfax, VA 22030
Washington, DC
Tel. +1 703 505 4211

MÉXICO, AMÉRICA CENTRAL E CARIBE

Javier Rosado
Sócio e Diretor Geral Região Norte
jrosado@llorenteycuenca.com

Cidade do México

Juan Arteaga
Diretor geral
jarteaga@llorenteycuenca.com

Rogelio Blanco
Diretor geral
rblanco@llorenteycuenca.com

Bernardo Quintana Kawage
Presidente Conselheiro e Membro do Comité de Direção
bquintanak@llorenteycuenca.com

Av. Paseo de la Reforma 412, Piso 14,
Col. Juárez, Del. Cuauhtémoc
CP 06600, Cidade do México
Tel. +52 55 5257 1084

Havana

Pau Solanilla
psolanilla@llorenteycuenca.com

Sortis Business Tower, piso 9
Calle 57, Obarrio - Panamá
Tel. +507 206 5200

Panamá

Pau Solanilla
Diretor geral
psolanilla@llorenteycuenca.com

Sortis Business Tower, piso 9
Calle 57, Obarrio - Panamá
Tel. +507 206 5200

Santo Domingo

Iban Campo
Diretor geral
icampo@llorenteycuenca.com

Av. Abraham Lincoln 1069
Torre Ejecutiva Sonora, planta 7
Tel. +1 809 6161975

REGIÃO ANDINA

Bogotá

María Esteve
Sócia e diretora geral
mesteve@llorenteycuenca.com

Av. Calle 82 # 9-65 Piso 4
Bogotá D.C. – Colombia
Tel: +57 1 7438000

Lima

Luis Miguel Peña
Sócio e diretor geral
lmpena@llorenteycuenca.com

Av. Andrés Reyes 420, piso 7
San Isidro
Tel. +51 1 2229491

Quito

Carlos Llanos
Diretor geral
cllanos@llorenteycuenca.com

Alejandra Rivas
Presidente
arivas@llorenteycuenca.com

Avda. 12 de Octubre N24-528 y Cordero – Edificio World Trade Center – Torre B - piso 11
Tel. +593 2 2565820

Santiago de Chile

Constanza Téllez
Diretora geral
ctellez@llorenteycuenca.com

Francisco Aylwin
Presidente
faylwin@llorenteycuenca.com

Magdalena 140, Oficina 1801.
Las Condes.
Tel. +56 22 207 32 00

AMÉRICA DO SUL

Buenos Aires

Mariano Vila
Diretor geral
mvila@llorenteycuenca.com

Av. Corrientes 222, piso 8. C1043AAP
Tel. +54 11 5556 0700

Rio de Janeiro

Cleber Martins
clebermartins@llorenteycuenca.com

Ladeira da Glória, 26
Estúdio 244 e 246 - Glória
Rio de Janeiro - RJ
Tel. +55 21 3797 6400

São Paulo

Cleber Martins
Diretor geral
clebermartins@llorenteycuenca.com

Juan Carlos Gozzer
Diretor Regional de Inovação
jcgozzer@llorenteycuenca.com

Rua Oscar Freire, 379, Cj 111,
Cerqueira César SP - 01426-001
Tel. +55 11 3060 3390

d+i desenvolvendo ideias
LLORENTE & CUENCA

Desenvolvendo Ideias é o Centro de Ideias, Análise e Tendências da LLORENTE & CUENCA.

Porque estamos a assistir a um novo modelo macroeconómico e social. E a comunicação não fica atrás. Avança.

Desenvolvendo Ideias é uma plataforma global de relacionamento e troca de conhecimentos que identifica, agrega e analisa os novos paradigmas da comunicação a partir de uma posição independente.

Desenvolvendo Ideias é um fluxo constante de ideias que adianta os avanços da nova era da informação e da gestão empresarial.

Porque a realidade não é preta ou branca existe **Desenvolvendo Ideias.**

www.desenvolvendo-ideias.com
www.revista-uno.com